



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XI

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2022

Nº 089

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
CORREGEDORIA-GERAL	1799
SUP. DE RECURSOS HUMANOS.....	1800

TAQUIGRAFIA

12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

OBJETIVO: Debater sobre a situação jurídica do Condomínio Terra Brasil – Porto Velho

EM: 10.05.2022

INÍCIO: 09h38min

PRESIDENTE: SRA. CASSIA MULETA

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento da Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cassia Muleta, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para debater sobre a situação jurídica do Condomínio Terra Brasil, no município de Porto Velho.

Agradecemos, desde já, a presença de todos que estão conosco nesta manhã e todos que nos acompanham também por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cassia Muleta, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos ainda o Dr. Guilherme Erse, Corregedor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Dra. Daniela Nicolai de Oliveira Lima, Promotora de Defesa do Consumidor, representando o Ministério Público Estadual; Dra. Silvia Primila Garcia Raskovisch, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Senhor Edemir Monteiro Brasil Neto, Secretário Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo – Semur, neste ato representando a Prefeitura Municipal de Porto Velho; Dr. Antônio Klésio Lima, representante da Comissão de Adquirentes das Casas do Condomínio Terra Brasil.

Neste momento, Sua Excelência, a Deputada Estadual Cassia Muleta procederá à abertura desta solenidade.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater sobre a situação jurídica do Condomínio Terra Brasil, no município de Porto Velho.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar.

Em nome do Gabinete da Deputada Cassia Muleta, agradecemos a presença dos senhores nesta Casa de Leis. Fiquem à vontade e sejam todos muito bem-vindos. Desejamos a todos um bom dia e uma boa Audiência Pública.

Neste momento, passamos a palavra à Deputada Cassia Muleta, que conduzirá a presente Audiência Pública.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Quero cumprimentar a todos, todos os componentes da Mesa. Dr. Antônio Klésio Lima, representante da Comissão de Adquirentes das Casas do Condomínio Terra Brasil;

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES

2º Secretário: CIRONE DEIRÓ

3º Secretário: ALEX SILVA

4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do N. Robles
Div. de Publicações e Anais -

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



o Senhor Edemir Monteiro Brasil Neto, Secretário Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo - Semur. Muito obrigada pela presença. Dra. Silvia Raskovisch, representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Dra. Daniela Nicolai de Oliveira Lima, Promotora de Defesa do Consumidor, representante do Ministério Público Estadual; Dr. Guilherme Erse, Corregedor da Assembleia Legislativa.

Eu quero cumprimentar, em especial, todos vocês. Por causa de vocês, nós estamos aqui hoje reunindo essa comissão para ter alguma definição, para levar alguma esperança de entregar logo essas casas para os moradores. Infelizmente, nós esperávamos mais gente aqui nesta Audiência Pública, mas convidamos e não apareceram. Mas nós estamos aqui para, pelo menos, alertar e falar que nós estamos aqui de olho e dizer para eles que nós esperamos alguma resposta deles. Vocês estão aqui para isso. Nós estamos aqui para tentar ajudar vocês também.

Eu vou passar aqui para o Dr. Guilherme Erse para ele apresentar os nomes dos convidados e o porquê de eles não comparecerem. Não é isso, Dr. Guilherme Erse?

O SR. GUILHERME ERSE - Pois não, Deputada. Bom dia a todas as senhoras e aos senhores. Meus cumprimentos a todos os membros da Mesa, já duplamente anunciados.

Deputada, os convites dirigidos para esta Audiência Pública foram: à Procuradoria do Ministério Público Federal em Rondônia, na pessoa da senhora Gisele Dias de Oliveira; ao Juízo Federal da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, na pessoa da Juíza Grace Anny de Souza Monteiro, juízo este onde corre a Ação Civil Pública; à Dra. Daniela Nicolai, que se faz presente, Promotora da Defesa do Consumidor do Ministério Público Estadual; à Defensoria Pública do Estado de Rondônia, aqui representada pela Dra. Silvia, que me ladeia; ao Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos Rocha; ao Prefeito Hildon Chaves, neste ato representado pelo amigo e Secretário Edemir Monteiro Brasil, de Regularização Fundiária; à Secretaria de Obras de Porto Velho — pela pertinência do tema das ruas, no entorno —, o senhor Secretário Diego Andrade Lage; ao representante da empresa RD Engenharia, que é quem hoje toca a obra; ao Superintendente da Caixa Econômica Federal em Rondônia; ao Senador Marcos Rogério; ao Deputado Federal Léo Moraes e à Deputada Federal Mariana Carvalho, como membros da bancada.

Em resposta, tivemos as justificativas dos três parlamentares de “dias de Sessão em Brasília”, razão pela qual não puderam estar presentes.

O Juízo da 1ª Vara Federal, em correspondência direcionada à Deputada Cassia Muleta, assim disse:

“Excelentíssima Deputada Estadual,

Cumprimentando-a, e, em resposta ao Ofício nº 027/GDCM/2022, informo a Vossa Excelência que a magistrada Grace Anny de Souza Monteiro não poderá participar da Audiência Pública para discussão da situação jurídica do Condomínio Terra Brasil, por estar

atuando como juíza auxiliar ao Superior Tribunal de Justiça – STJ com prejuízo das funções exercidas nesta unidade judiciária desde o dia 29/04/2022.”

O ofício é da data de 9 de maio.

A empresa RD Engenharia:

“Manaus, 09 de maio de 2022.

À ilustre Deputada Estadual Cassia Muleta

Assunto: Convite Audiência Pública – Condomínio Terra Brasil

Ilustre Deputada Estadual Cassia Muleta:

A RD Engenharia e Comércio Ltda, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.673.788/0001-05, sediada na Av. Gabriel Correa Pedrosa, nº 125, Bairro Parque 10 de Novembro, Manaus-AM, CEP: 69.055-011, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Eng. Romero Reis, vem, por meio do presente Ofício, informar que não comparecerá à Audiência Pública a ser realizada em 10 de maio de 2022 no Palácio Marechal Rondon, para discutir a situação jurídica do Condomínio Terra Brasil.

Faz mister esclarecer que o não comparecimento à Audiência Pública decorre do fato de essa Construtora não fazer parte do imbrólio jurídico do Condomínio em questão.

A RD Engenharia foi recentemente contratada pela Seguradora responsável em finalizar a construção do Condomínio Terra Brasil e pela Caixa Econômica Federal, portanto não pode se manifestar por situações anteriores à sua contratação, e por não ter relação jurídica de fato e direito com o condomínio.

Aproveitamos para parabenizar o trabalho da Ilustre Deputada Cassia Muleta no Estado de Rondônia e deixamos consignados nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Romero Reis,

RD Engenharia e Comércio Ltda”.

E, por fim, senhora Deputada, a justificativa enviada, na data de ontem, pela Caixa Econômica Federal:

“CE nº 001/2022/SR RONDÔNIA

À Assembleia Legislativa de Rondônia

Senhor Presidente Deputado Alex Redano

Prezado Senhor,

1. Ao tempo que renovamos nossos votos de estima e parceria, agradecemos o convite e informamos que a Caixa se manifestou acerca do assunto em sede judicial, no caso, na Ação Civil Pública de número 10058385720204014100, que está em curso na Justiça Federal em Rondônia.

2. Aproveitamos o ensejo para esclarecer ainda que as obras do Residencial Terra Brasil, localizado em Porto Velho/RO, foram financiadas pela Construtora CASAALTA junto à Caixa, na condição de instituição financeira, com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e, mediante paralisação

da construção da empresa, o seguro foi acionado e a Seguradora contratou nova empresa para conclusão do empreendimento, estando as obras em andamento.

Atenciosamente,

Ercília Maria Mendes Tomaz
Coordenadora de Filial RE Habitação Porto Velho/

RO

Evandro Lessa Voloski”.

Senhora deputada, informo ainda que há pouco conseguimos contato telefônico com o Senhor Superintendente Regional da Caixa Econômica de Rondônia, que é o Senhor Dione, e o mesmo aduziu na ligação os termos deste e-mail como razão para o seu não comparecimento.

São esses os registros.

A SRA. CASSIA MULETA - Muito obrigada, Guilherme.

Eu fico triste, a gente fica triste; a gente organiza, programa uma Audiência aqui. Infelizmente, quem a gente tinha mais interesse que viesse não está aqui hoje, nem mandaram representante, que são as empresas e a Caixa Econômica Federal. É lamentável isso, mandar um papel pedindo desculpas por não estar aparecendo ou então que tinha outro compromisso. Então eu fico triste sim. Vejo a situação de vocês, que não é fácil, eu vejo na cara dessa mãe, dessa mulher aqui na minha frente, triste; que um sonho que era para ser realizado rápido e demora anos e anos para ser realizado. Então, é muito triste isso que está acontecendo, mas nós vamos seguir a nossa Audiência aqui e escutar todo mundo da Mesa. Depois, quem quiser falar, se manifestar, falar e usar a tribuna, nós vamos dar a tribuna nesse momento para vocês.

Então, neste momento, eu vou convidar aqui o Dr. Antônio Klésio Lima para usar a palavra. Pode usar aqui na Mesa ou na tribuna, Antônio. Fique à vontade.

O SR. ANTÔNIO KLÉSIO LIMA - Obrigado, nobre deputada. Bom dia a todos. Primeiramente, queremos agradecer, em nome da Comissão, em nome dos adquirentes, por essa oportunidade que esta Casa está dando a todos os moradores — aliás, “moradores” não, mas “adquirentes”, que ninguém morou ainda lá — de ter voz e mostrar sua indignação com tamanho descaso que está ocorrendo com 379 famílias. São 379 unidades, mas são 379 famílias, são mais de mil pessoas, pela média.

Então, eu vou fazer aqui um breve relato de todo o ocorrido da situação desse condomínio, desde o início da sua construção, lá no ano de 2014, até a situação que a gente está vivendo agora. E trazer também parâmetros objetivos de o porquê desta Audiência Pública e as respostas que nós precisamos.

O empreendimento teve início em setembro de

2014, quando a Construtora CASAALTA Construções Ltda e Caixa Econômica Federal celebraram Contrato de Abertura de Crédito e Mútuo para Construção de Empreendimento Imobiliário com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, utilizando-se dos Recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, na ordem (na época, o contrato) de R\$ 38 milhões, com o fim de proceder com a incorporação imobiliária do empreendimento habitacional Condomínio Residencial Terra Brasil, com 379 casas localizado na cidade de Porto Velho.

O empreendimento tinha como data prevista para entrega setembro/2016, o que não foi cumprido pela Construtora CASAALTA Construções Ltda.

À época a construtora se utilizou do prazo de prorrogação previsto em contrato, que era de 180 (cento e oitenta) dias, assegurando a todos os adquirentes que o empreendimento seria finalizado e entregue até o final de março de 2017.

Diante dos atrasos, os adquirentes das casas habitacionais buscaram providências junto à Promotoria do Consumidor do Ministério Público, na pessoa da Dra. Daniela Nicolai, para acompanhar o andamento da obra e das questões burocráticas junto à Caixa Econômica Federal e à empresa, a construtora da época, culminando na abertura do inquérito administrativo junto à Promotoria do Consumidor de titularidade da Dra. Daniela.

Em julho de 2017, a Caixa Econômica Federal confirmou o atraso na obra, por parte da CASAALTA, informando que realizou a reprogramação do cronograma financeiro, com dilatação do prazo pactuado inicialmente, com base no requerimento feito pela Construtora.

A Caixa informou que a construtora apresentou, em julho de 2017, um plano emergencial no valor de R\$ 4 milhões e 366 mil para a finalização da obra, alegando que passava por problemas financeiros e que o empreendimento seria entregue em setembro de 2017. Prazo este que novamente não foi cumprido pela Construtora.

Assim, a Caixa Econômica firmou um Termo Aditivo de contrato com a CASAALTA, em dezembro de 2017, com previsão da conclusão da obra em 7 (sete) meses, na ordem de quase R\$ 12 milhões de reais.

O prazo inicial que terminaria em junho/2017 foi prorrogado mais duas vezes. Aliás, o prazo desse Aditivo, que terminaria em setembro de 2017, foi prorrogado mais duas vezes, com previsão de término para dezembro de 2018. Prazo que novamente não foi cumprido pela Construtora, que solicitou novo prazo para finalizar a obra em abril de 2019.

Após sucessivos prazos não cumpridos, em maio de 2019 a Caixa Econômica Federal iniciou procedimento para destituição da Construtora CASAALTA do empreendimento.

Em julho de 2019, com a destituição da Construtora, a obra foi assumida pela Caixa Econômica Federal, com o acionamento da Seguradora Berkley International do Brasil Seguros S/A, na condição de empresa garantidora

da execução total do contrato.

Em setembro de 2019, a Caixa informou que a Seguradora iniciou o processo de tomada de preços junto às construtoras habilitadas e recebimento de propostas com vistas à retomada da obra, com prazo de conclusão previsto em 30 de outubro de 2019.

Esse procedimento de contratação da nova construtora para o término do empreendimento findou somente em outubro de 2021, mais de dois anos após o início, com a contratação da empresa RD Engenharia.

Durante esse período, a obra, que chegou a ficar quase 97% por cento concluída, sofreu vários furtos e saques, depreciando profundamente as unidades habitacionais.

Neste tempo, diante de tantos descasos com os adquirentes, o Ministério Público encerrou o inquérito administrativo e interpôs Ação Civil Pública no dia 14 de maio de 2020, processo que está correndo na 1ª Vara Federal sob o número 1005838-57/2020.

O contrato com a nova construtora RD Engenharia foi formalizado em 07 de outubro de 2021 com previsão de início de retomada das obras no Terra Brasil em 29 de novembro de 2021.

O contrato com a RD Engenharia tem o valor de R\$ 12,5 milhões e prazo de conclusão em 7 meses.

Por requerimento da Caixa Econômica Federal foi formalizada uma comissão (Comissão de Representantes do Empreendimento – CRE) para fiscalizar o acompanhamento das obras com a nova construtora RD Engenharia, a Comissão de Adquirentes, atendendo ao pedido, constituíram uma comissão com profissionais experientes na área de engenharia, arquitetura e áreas afins.

A primeira visita ocorreu no dia 29 de janeiro do ano corrente (2022). A Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE) fez a primeira visita para acompanhar a obra, verificando uma pequena evolução visual (limpeza do local). O engenheiro responsável informou que estava de acordo com o cronograma, inclusive com a compra de materiais como: portas externas, bancadas de granito, louças dos banheiros, etc.

Nas primeiras constatações, a RD contratou a mão de obra de uma terceirizada, GM Engenharia, para a execução do serviço de pintura, forro, elétrica e substituição de telhas danificada.

A partir daí, houve a segunda visita da Comissão no dia 19 de fevereiro de 2022. Foram verificados, nesta data dessa segunda visita, os primeiros problemas na execução da obra como falta de materiais poucos trabalhadores, pouca evolução em relação à data da primeira visita; porém, não foi possível concluir a visita devido a uma chuva, que ficou remarcada para o dia 05 de março.

Na continuação da segunda visita, no dia 05 de março, continuava a mesma situação: com o mínimo de trabalhadores na obra, onde, segundo informações, a motivação seria de que os trabalhadores não estavam recebendo os seus salários, não havendo nenhuma

evolução na obra.

Diante dessa situação, foi solicitada uma reunião na Caixa Econômica com a presença do engenheiro responsável da empresa RD Engenharia para que a Comissão tivesse as informações acerca deste atraso.

Na data de dia 10 de março, a Comissão solicitou ainda da Caixa Econômica Federal, junto com a seguradora e a construtora RD Engenharia, os seguintes documentos que estão previstos no contrato de empreitada, os quais a Comissão não tinha acesso:

a) Memoriais Descritivos e Habitação e Equipamentos de uso comum.

b) Cronograma físico-financeiro, devidamente aprovado pela contratante.

c) Projeto aprovado pela Prefeitura Municipal.

d) Declaração para o levantamento de quantitativos considerados no orçamento discriminado, e

e) Relação detalhada dos serviços que não serão executados nas unidades não financiadas.

Porém, não obtiveram os documentos solicitados; apenas que a Caixa Econômica entrou em contato e que enviaria os tais documentos, porém não enviou.

Diante de informações incoerentes, imprecisas e vagas, a Comissão solicitou junto à Caixa Econômica, na pessoa do senhor Bruce Guerra, uma reunião com a empresa responsável pela retomada da obra (RD Engenharia), a Caixa Econômica e a seguradora. Reunião realizada na data do dia 18 de março, que foi reforçada nessa oportunidade a solicitação dos documentos feitos por e-mail. Na reunião na Caixa Econômica no dia 18 de março, foi comprovado na medição realizada no mês de fevereiro, que constatou um atraso de 11% por cento em relação ao cronograma inicial.

De lá para cá, foram solicitadas também as demais medições realizadas no mês de março e abril que não foram fornecidos à Comissão.

No dia 02 de abril foi a terceira visita. Foi realizada uma visita na obra para verificar o seu andamento. Porém, da primeira visita até essa terceira visita, não houve uma evolução na obra. Em todos os aspectos, visualizamos apenas serviços de pintura e a lavagem de telhado, e que se mantiverem o ritmo, não conseguiriam entregar no prazo estipulado, que é 30 de junho de 2022.

Salienta-se que, devido a essa verificação por parte da Comissão e da Caixa Econômica, confirmando o atraso, foi de imediato agendada uma reunião no dia 06 de abril, que consta informações acerca das imagens geradas no empreendimento, falta de material, falta de cronograma, e até o momento não terem ao menos iniciado obras nas áreas comuns.

Diante desses dados, a Caixa Econômica informou que havia feito uma reunião, no dia 5 de abril, com a RD Engenharia, para realinhar, equalizar e retomar o que foi proposto no contrato, que a construtora iria reprogramar o prazo, e que na medição de maio tirará 70% do atraso e no mês de junho concluirá e entregará a obra em 100%.

Quarta visita, realizada no dia 23 de abril. Contudo,

na última visita no dia 23/04, foi realizada a quarta visita, e como sempre, obra parada, com informações de atraso no pagamento dos colaboradores terceirizados. Tinha apenas, na ocasião, 10 trabalhadores no local; os mesmos materiais adquiridos na primeira visita. Num todo, visualmente, não se verificou a possibilidade de cumprimento do prazo contratual, que é 30 de junho, mês que vem.

Diante dessas circunstâncias, algumas perguntas que eram para serem feitas aqui aos responsáveis — que infelizmente não estão.

A RD Engenharia está no empreendimento desde o fim de novembro, ou seja, mais de 5 meses, e não concluiu 30% do esperado. Será que ela concluirá os 70% restantes, em pouco mais de um mês? Que o prazo para entrega é mês que vem, no final do mês que vem.

Do valor do total do contrato de 12,5 milhões, quanto foi pago até agora para a empresa RD Engenharia?

Cabe registrar que parte desses valores tem origem pública, do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), e dos próprios adquirentes que pagaram seguro habitacional.

Com a iminência desse novo descumprimento de prazo da obra, o que acontecerá?

Serão realizados novos aditivos contratuais, com novas prorrogações de prazo? Semelhantemente como ocorreu com a primeira construtora CASAALTA?

A Caixa Econômica substituirá a construtora novamente, e os adquirentes terão que esperar mais 2 anos de procedimentos administrativos, para essa troca?

O próximo a falar aqui é o representante da Prefeitura.

Então, são esses os questionamentos que era para terem sido feitos aos responsáveis pela obra, e que aqui não se encontram. Cumpre registrar que o representante da RD já havia confirmado presença e mandou essa nota ontem à noite, de última hora, informando — assim como a Caixa Econômica fez — que não compareceria.

Então, o que a gente imagina? Que esse prazo, que a gente tinha quase certeza que não iriam concluir, diante dessa situação, desse não comparecimento para esclarecer os questionamentos, agora a gente tem certeza que eles não concluirão. Eles não vão cumprir esse cronograma previsto para o final do mês que vem. E o que acontecerá? Essa é a grande pergunta: o que acontecerá dali em diante, com este novo inadimplemento? O que será feito?

Um outro requerimento que foi feito junto à excelentíssima Deputada é sobre a questão do asfalto em torno do condomínio também. A gente vê pela cidade, que têm várias frentes de serviços de asfalto, na cidade toda. Ruas antes que nunca a gente imaginou que iam ser asfaltadas e estão sendo asfaltado agora. E aproveitar essa situação que o representante da prefeitura está aqui, para verificar com ele essa possibilidade de proceder com esse asfalto no entorno do condomínio, que já é um grande avanço. Embora a gente ainda não tenha garantia de recebimento este ano ainda das nossas casas, mas o fato de estar asfaltado o entorno do

condomínio, já é um avanço inicial, para quando estiver pronto, a gente não precisar ter que correr atrás disso ainda, porque ruas lá estão bem deterioradas.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Obrigado, Dr. Antônio.

Eu quero também convidar para sentar à Mesa o Dr. Oscar Neto, representando o Deputado Léo Moraes. Não pôde vir por um compromisso em Brasília, mas ele mandou um representante aqui.

No dia que vocês foram ao meu gabinete, vocês falaram do asfalto das ruas. Nós já fizemos um Ofício pedindo ao Secretário de Obras do Município de Porto Velho para fazer também esse asfalto. Esperamos que venha a acontecer, que muitos asfaltos estão sendo feitos, tem lugar que nem está precisando de asfalto e está sendo feito. Então onde está precisando vamos colocar o asfalto também.

Agora eu vou convidar o Dr. Edemir Monteiro Brasil para uso da palavra.

O SR. EDEMIR MONTEIRO BRASIL - Bom dia a todos. Obrigado pelo convite, Deputada. Desde já, nos colocamos à disposição desta Casa de Leis e da senhora para, sempre que for necessário, a gente vir aqui e sempre falar a verdade sobre como anda a situação fundiária, licença de obras, "Habite-se", condomínios, loteamentos, que são muitos problemas antigos ainda, que a gente vem tentando resolver gradativamente.

Mandar aqui o nosso cumprimento à Dra. Daniela em conjunto sempre com o MP (Ministério Público), com o Dr. Jesualdo, promotor da 17ª Vara. Mais uma vez, agradecer pelo convite e vamos aos fatos.

Eu sou de Porto Velho também, nasci aqui e tenho muitos amigos e parentes que têm esse problema lá no condomínio. Quando eu entrei na Semur (Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo) há 4 anos, esse problema vinha à mesa e nós começamos a dialogar, em conjunto com a Caixa Econômica Federal, o que poderia ser feito. E trabalhamos muito, ficamos muito tristes hoje de saber dessa situação. Porque, quando esse condomínio entrou na prefeitura, eu estava resgatando aqui, protocolou o documento no dia 14 de outubro de 2021. No dia 16 de novembro de 2021, o condomínio já tinha licença de obras. Ou seja, em 32 dias um condomínio obteve essa licença de obras na situação que estava. Que, tecnicamente, para levantar qual a porcentagem que deveria ser construída foi um trabalho muito complicado com a prefeitura. Mas a gente deu conta, sabendo da importância do que é aquilo, muitas famílias precisando daquilo e hoje ficamos muito tristes também de saber que está nessa situação.

A situação jurídica. Quando uma empresa recebe a licença de obras, caso ela não inicie a obra, essa licença é válida por um ano. Quando a empresa inicia a obra, ela tem dois anos para terminar a obra, prorrogável por mais seis meses. Então, perante a prefeitura de Porto Velho, a RD Engenharia — que sabemos que é a

subcontratada da CASAALTA — ela tem dois anos para concluir a obra a partir do dia 16 de novembro de 2021. Essa é a validade da licença. Caso, nesse tempo todo, ela não conclua, que foi o que acontecia no passado, aí tem que apresentar novos projetos, fazer “as built”, planilha orçamentária, quantificar o que falta da obra, todo aquele trabalho.

Perante a Caixa Econômica, o município foi até elogiado — essa é a verdade — em nível Brasil por causa dos 32 dias. E a Semur ficou praticamente fechada 30 dias em cima desse condomínio para emitir a licença de obras com a alegação de que eles precisavam dela para o financiamento da Caixa Econômica sair. E foi o que aconteceu.

Em matéria de rua, quando um condomínio vem se instalar no município, são emitidas as diretrizes, dizendo “você vai instalar esse condomínio aqui, mas você tem que fazer a terraplanagem aqui, você tem que fazer a drenagem aqui”. E, no caso Terra Alta: “você tem que fazer aqui a ligação asfáltica aqui à avenida Prefeito Chiquilito Erse”. Era a diretriz que foi emitida em 2014 e era a diretriz que foi renovada na nova licença de obras. Mas não há óbice hoje para o município ir lá e pavimentar — eu não lembro de cabeça agora se são 300 metros ou 600 metros da ligação entre a Prefeito Chiquilito Erse e o condomínio.

No entorno do Terra Alta já há previsto mais dois condomínios. Também já está previsto. E não é problema de o município ir lá e fazer essa pavimentação. Uns dois anos atrás era problema. Porque existia a orientação de que o município não poderia investir em uma área da União ou área do Estado. O bairro Nova Esperança é um bairro de propriedade da União ainda, mas isso já foi superado. Então, juridicamente, se o município precisar ir lá e fazer a pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), não vai ser problema. E eu tenho certeza que o prefeito Hildon não vai criar óbice nisso para a gente resolver esse problema, que está em aberto, do Terra Brasil.

O que a gente tem para falar é isso. Se alguém tiver alguma pergunta depois, a gente pode responder.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Obrigada, Dr. Edemir. Muito boas suas palavras. Traz uma esperança para a população em ali sair um asfalto. Eu acho que quando tem o asfalto, é vida, é saúde para aquela comunidade. E eu acho que a empresa vai ainda... “Ah, já saiu o asfalto, vou tentar fazer muito mais rápido essa situação aqui”. Então, é uma coisa muito boa para a população daquele lugar.

Agora vou dar a palavra à Dra. Silvia.

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Obrigada. Bom dia a todas as pessoas presentes. Eu cumprimento todos, na pessoa da Deputada Estadual Cassia Muleta, proponente desta Audiência Pública. E de início, Deputada, eu parableno pela iniciativa tão importante. Eu acho que tanto para a Defensoria Pública como para o Ministério Público é muito importante ouvir

a população envolvida no assunto do Condomínio Terra Brasil.

A verdade, o que se põe em questão é o direito fundamental, social à moradia. As pessoas aqui presentes estão privadas do seu direito à moradia. Eu considero um profundo descaso da RD Engenharia e da Caixa Econômica Federal em não terem enviado representantes para esta Audiência Pública. Configura um desrespeito muito grande com os proprietários e também com o Judiciário. Inclusive, esse fato será informado no processo judicial.

A questão envolvendo o condomínio Terra Brasil já foi judicializada. Existe uma ação civil pública em curso, proposta pelo Ministério Público Estadual em litisconsórcio com o Ministério Público Federal, e a partir desse momento a Defensoria Pública também vai ingressar nessa ação civil pública para exigir que tanto a RD Engenharia como a Caixa Econômica Federal e a seguradora cumpram aquilo que foi ajustado com vocês.

Eu estava conversando com a Dra. Daniela sobre as estratégias que nós traçaremos, a partir deste momento, no processo. E o objetivo é que o mais rápido possível vocês tenham as suas moradias finalizadas e em condições de serem habitadas. Porque não adianta entregar uma casa sem os serviços públicos essenciais viabilizados, sem que as áreas comuns do condomínio estejam finalizadas.

Então, o que a gente pretende, conjuntamente, é que o direito social à moradia de fato seja viabilizado a cada um de vocês. As estratégias estão sendo pensadas para que esse objetivo final seja alcançado.

Eu peço gentilmente que vocês relatem tudo o que está acontecendo no Condomínio Terra Brasil. Eu conversei aqui com o representante de vocês. Eu preciso de uma ata detalhada sobre o estágio da obra, e também com as fotos do local. Porque tudo isso vai ser juntado ao processo e nós vamos pleitear as medidas executivas cabíveis para esse caso.

O mais importante é que a população envolvida, que os proprietários envolvidos, sejam ouvidos nesta Audiência Pública, que tudo isso seja relatado no processo. Eu também preciso de fotos desse local, porque as fotos demonstram a inviabilidade de conclusão do empreendimento no final do mês de junho. É muito importante que isso seja demonstrado ao juízo e as medidas executivas cabíveis serão pleiteadas pela Defensoria Pública, conjuntamente com o Ministério Público.

Eu agradeço muito a presença de todos vocês aqui.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Dra. Silvia, muito obrigada. Eu quero cumprimentar também o Vereador Romário Gomes, vereador do município de Jarú. Quero agradecer pela presença, é sempre um prazer recebê-lo aqui na nossa Casa.

Eu quero aqui falar com a população. Quem quiser participar, falar, perguntar, para começar fazer a inscrição. Vai passar uma menina do Cerimonial, vocês

podem fazer a inscrição para poder falar um pouquinho e perguntar para as autoridades aqui da Mesa.

Agora eu vou passar a palavra para a Dra. Daniela Nicolai.

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA LIMA – Bom dia a todos. Cumprimento todos os integrantes da Mesa, na pessoa da Deputada Estadual Cassia Muleta, a quem parabeno pela iniciativa da Audiência Pública; Dr. Guilherme Erse; Dra. Silvia; o representante dos moradores; Dr. Edemir, da Semur.

Relato aqui que o Ministério Público vem acompanhando este caso desde 2016. Eu já estive no empreendimento em 2016, quando constatei, Deputada, que o empreendimento estava com mais de 93% já edificado. Estava com todos os acabamentos quase prontos para ser habitado. E desde então, por questões burocráticas da Caixa Econômica Federal, a questão degradingolou. A construtora não conseguiu cumprir o que era objeto do contrato, a primeira construtora, que era a CASAALTA, e houve então essa via crucis burocrática junto à Caixa Econômica Federal, até que se adentrou com essa segunda colocada, que é a RD. Ou seja, nesse meio tempo foram feitas várias reuniões na Promotoria de Justiça, inclusive com muitos dos presentes aqui, e foi instaurado um inquérito civil público. E já nos idos de 2020, no auge da pandemia, então se achou por bem judicializar a questão junto à Justiça Federal. E assim nós fizemos, com base no direito à habitação.

Essa ação também tem se arrastado, por questões já do Judiciário Federal. Eu fiz duas reuniões com a juíza titular da ação pedindo que despachasse a liminar. Houve certa resistência, ou seja, a gente não encontra uma sensibilidade com essa causa e por isso a importância de levar a público essa questão. Quer dizer, são pessoas que estavam pagando para o empreendimento habitacional, que não têm direito à moradia, estão pagando aluguel e a questão não se resolve.

A gente tem peticionado junto ao Judiciário. Não conseguimos avançar. E por isso é benéfica também agora a parceria com a Defensoria Pública. Eu tenho atuado bastante já com o Dr. Eduardo, que é Defensor Público, e agora a Dra. Silvia, que se prontificou a aderir a essa causa. Então nós vamos peticionar novamente, colocando todas essas questões que estão sendo trazidas pelos senhores.

Eu peço, como a Dra. Silvia falou, para relatarmos o que está acontecendo, quais são as reivindicações e qual seria o norte que a gente poderia dar a essa ação. Um dos pedidos vai ser o aumento dessa multa, dessa astreinte, pelo atraso. Que a gente pediu inicialmente, a juíza não deu a multa da astreinte, que seria uma multa pela demora. Ela deu só a suspensão do pagamento das prestações. E eu acho que seria o caso de reiterar esse pedido.

Então, todas as reivindicações dos senhores é a hora agora de fazer, em plenário, trazer agora no debate, para a gente poder colocar isso no papel, e estar novamente peticionando junto ao Judiciário. Ou seja, a

ação está andando e, neste ano de 2022, já instaurei um novo procedimento, vocês podem encaminhar inclusive ao Ministério Público e à Defensoria, por escrito. Nós temos nossa Ouvidoria do Ministério Público, seja por e-mail, pelo 0800 ou presencialmente, para atender vocês no que for necessário, porque realmente essa é uma das causas, Deputada, mais absurdas que eu já vi na minha atuação profissional. As pessoas têm um empreendimento que está quase pronto, eles deixaram depredar, haver furtos, depredações, tirou o acabamento todo, e voltou aí, regrediu muito nessa obra que já poderia estar sendo habitada. E a gente sabe que quando a gente mora, a gente cuida. Tem empreendimentos na cidade que os moradores assumiram e terminaram o empreendimento e hoje estão morando. E a burocracia da Caixa não possibilita isso. Quer dizer, você não pode terminar, que seria às vezes um investimento menor, você não pode reaver o seu dinheiro de volta, você fica amarrado numa questão burocrática da Caixa Econômica Federal. E eles não se fizeram presentes. Nem a Caixa, nem a RD.

Então, eu me coloco à disposição dos senhores. O MP está parceiro com vocês, sabe da questão, de toda a problemática, e agora a Defensoria Pública também. Está certo? Muito obrigada.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Obrigada, Dra. Daniela. É muito triste mesmo, não é? Sabendo que há gente ali, uns fizeram financiamento, outros estão pagando aluguel e têm o sonho de ter a sua casa própria e não a têm por causa de falta de atenção, falta de cuidado com o ser humano. Isso aí é o que eu acho.

Eu quero aqui agradecer também as palavras da Dra. Silvia. Muito bem colocadas, quando ela fala que nós merecemos casa, merecemos morar bem, e isso o que fica acontecendo, esse desmantelo com as pessoas.

Agora eu quero passar a palavra para o Dr. Guilherme Erse, Corregedor da Assembleia Legislativa.

O SR. GUILHERME ERSE - Bom dia, Deputada Cassia, que preside esta Audiência Pública. Inclusive, de início, faço aqui os cumprimentos em nome dos funcionários da Assembleia Legislativa pela sua liderança e por dar luz a este importante tema. Cumprimento todos da Mesa, aqui já nominados. E muito feliz com as palavras da Dra. Silvia e da Dra. Daniela Nicolai, da atenção que o caso merece.

Deputada Cassia, de frente a nós, aqui nesta Mesa, estão olhares atentos de pessoas dos mais variados tipos e dos mais variados sonhos que comungaram de um sonho comum em suas vidas de ter a sua casa própria. Recorreram a um financiamento, fizeram o seu planejamento familiar e hoje contam com esta Audiência Pública para que, como eu disse, seja dada luz a esse tema, a esse debate, e eu acho que a senhora acerta em cheio quando toma esta medida e traz ao Plenário desta Casa, para o crivo das senhoras e dos senhores deputados, a aprovação desta Audiência Pública, porque assim dispõe o Regimento da Casa.

A que serve, afinal, uma Audiência Pública? É trazer todos os atores ao debate. A que serve, afinal, uma Assembleia Legislativa? Legislar, fiscalizar. E quando se fala em fiscalizar, onde estiver presente o interesse público, assim caberá o ato fiscalizatório. E eis um caso concreto de interesse público, uma vez que é verba pública, em que pese federal, do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, quem financia a casa e, porquanto, o sonho das senhoras e dos senhores.

Na medida em que a coisa não vai bem, não vai conforme, não vai como disposto nos contratos firmados, seja o inicial, sejam os seus aditivos, é dever desta Casa, assim entendeu a Deputada Cassia, assim entenderam as senhoras e os senhores deputados ao trazerem esse tema para cá. Para quê? Para que aqui estejam a promotora, a defensora, as senhoras e os senhores trazendo os seus comentários, as suas observações, os pontos nevrálgicos do assunto com vistas à solução; a Prefeitura de Porto Velho, que aqui se faz presente; a Bancada Parlamentar Federal, que foi convidada ao evento e que, eu tenho certeza absoluta, ajudará com os desdobramentos desta Audiência Pública quanto aos seus encaminhamentos. E aqui a gente terá a oportunidade de reforçar, seja no próprio processo, Dra. Daniela, como também em Audiência na Caixa Econômica, de cobrar e sensibilizar as pessoas que — como se diz no popular — “têm a caneta na mão”, para que seja dado o efetivo cumprimento às questões que este caso requer.

Então faço aqui, Deputada Cassia, os cumprimentos por a senhora ter esta iniciativa de dar luz para que esses encaminhamentos ocorram.

Temos aqui o representante do Deputado Federal Léo Moraes, a Deputada Federal Mariana Carvalho também está ciente desse tema, o Senador Marcos Rogério também. E eu não tenho dúvida que os três, como fortes lideranças locais, jovens, aguerridos, não medirão esforços para, conjuntamente, ladear a Deputada Cassia no sentido da solução que esse caso requer, no tocante à parte administrativa, no tocante à Caixa Econômica Federal, uma vez que no campo judicial, a matéria — eu tenho certeza — está muito bem guarnecida, muito bem acompanhada pela nossa competente promotoria e também pela nossa competente defensoria, que, felizmente, passará a ingressar no polo ativo desta ação. E é lá no Judiciário que, com certeza, uma vez sensibilizada a magistrada ou o magistrado que cuida do caso, que teremos ações mais efetivas judiciais.

Cumprimento aqui o Antônio, o Antônio advogado e o outro Antônio, que esteve também trazendo esse tema. Em nome deles, quero que todos sintam-se abraçados e cumprimentados. A presença das senhoras e dos senhores aqui faz toda a diferença para a dinâmica e a compreensão da seriedade que esse caso requer. Obrigado a todos. Tenham um bom dia.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Obrigado, Dr. Guilherme.

Agora eu passo a palavra para o Dr. Oscar,

representante do Deputado Léo Moraes.

O SR. OSCAR DIAS DE SOUZA NETTO - Primeiramente, bom dia a todos. Cumprimentar a Deputada Cassia Muleta, partidária, correligionária e amiga do Deputado Léo. Cumprimentar todos os demais membros da Mesa, todos os moradores — todos os moradores não, todas as pessoas que estão com seu sonho de obter a sua moradia —, em nome do amigo Nelson Júnior, que está assistindo agora on-line e mandou aqui um abraço.

Quero dizer que eu já participei de reuniões lá na Caixa Econômica, em nome do Deputado Léo Moraes. Nós oficiamos a Caixa, fizemos reuniões, e o que eu sinto é a mesma coisa que eu senti lá atrás: o desdém e o destrato e que eles não estão nem um pouco preocupados. Isso daí, no dia em que eu participei da reunião, foi uma coisa que me deixou muito triste, porque você via que era a mesma coisa sempre, um problema que era de fácil resolução e aí eles sempre ficavam falando “vamos fazer, vamos fazer”.

Estava conversando com Edemir, parabenizá-lo também, na condição de Secretário, muito competente, diga-se de passagem.

Foi feita a licença de obra, foi feita a questão de todas as licenças autorizadas e agora eu acho que o mais importante — já falei com o Deputado —, vamos fazer o encaminhamento para a Caixa Econômica, para o Presidente da Caixa pedindo providências, pedindo que seja dada celeridade, porque estamos muito bem assistidos na parte jurídica, sem dúvidas. Dra. Daniela é uma pessoa que tem um comprometimento profissional gigantesco, a Defensoria Pública está aqui presente; o Antônio, que é o representante dos moradores, fez uma explanação muito boa da questão, principalmente cronológica, do que aconteceu, isso é de suma importância até para o deslinde.

E eu acho que é isso, Dra. Daniela. Eu acho que a principal providência a ser tomada agora é a questão da aplicação das astreintes, porque muito embora já esteja suspensa a questão da exigência da parcela habitacional, eu acho que eles têm que começar a ser penalizados, porque se deixar, vai ficar ad aeternum, não vai ter uma resolução prática.

Então, desde já, Deputada Cassia e demais, a gente coloca à disposição o gabinete do Deputado Léo Moraes para mais uma vez tentarmos intervir. Se tiver que marcar uma reunião lá em Brasília, a gente já pode agendar, Deputada Cassia, para a senhora também se fazer presente, representante dos moradores, definir quem pode ir. E a gente tem que avançar, porque se continuar dessa forma nunca vai entregar. E o condomínio está praticamente pronto, a gente sabe disso. Tinham reclamações de 90 a 95% da casa já ok. Então, se não tomarmos atitudes enérgicas, eles vão continuar fazendo o mesmo do mesmo.

Muito obrigado. Bom dia a todos.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Eu passo a

palavra para a Dra. Silvia. Ela quer fazer um comunicado aqui para vocês.

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Olá, bom dia. Eu estava conversando aqui com o Antônio e ele vai me enviar um relatório feito pela comunidade, mas antes disso, antes dessa inspeção local que vocês vão fazer, eu vou deixar disponibilizado aqui o e-mail do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, o telefone do Núcleo de Direitos Humanos e o meu e-mail pessoal. E vou pedir uma gentileza a vocês, se for possível. Se antes mesmo da data dessa inspeção — que ainda não se sabe se vai ser no dia 12 ou no dia 14 —, alguém puder comparecer ao local e fotografar de maneira que demonstre bem qual o atual estágio da obra e puder enviar para esses e-mails ou para esse telefone, eu agradeço, porque quero tentar agilizar ao máximo com a Dra. Daniela essa petição.

Eu considero de suma importância que essas fotos sejam anexadas, para que fique bem caracterizado para o juízo que o atual estágio da obra inviabiliza a entrega no final de junho. Então, se um de vocês puder comparecer ao local e realizar essas fotografias e me enviar, eu ficarei imensamente agradecida.

É isso. Eu vou deixar anotado aqui o telefone do Núcleo de Direitos Humanos e os dois e-mails. Nós estamos à disposição de vocês e eu fico no aguardo das fotos, está bom?

Obrigada. Bom dia.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Eu quero aqui agradecer ao Dr. Oscar pelas palavras. A gente agradece muito aqui aos moradores, vão ficar muito felizes. Como você falou, não moradores, mas as pessoas que têm o sonho de receber as suas casas. Vão ficar muito contentes com o apoio do Deputado Léo Moraes, com o Senador Marcos Rogério, que inclusive ele mandou um vídeo aqui para mim, porque não pôde estar hoje. E como o nosso telão está com defeito, vai ser ouvido um áudio aqui para vocês ouvirem o Senador Marcos Rogério. É de suma importância estar todo mundo junto, a Câmara Federal, nossos deputados federais e o Senado junto para estar ajudando a nossa população.

Reprodução de vídeo:

O SR. MARCOS ROGÉRIO - Olá, pessoal. Eu quero cumprimentar a Deputada Cassia por liderar esta Audiência Pública que lança luz à situação do Condomínio Terra Brasil, com quase 400 casas em Porto Velho. Eu soube dos atrasos ocorridos, do descumprimento de contratos e dos aditivos. E eu vou aguardar com atenção os encaminhamentos desta importante Audiência Pública, e logo vou marcar uma audiência na Caixa Econômica Federal aí em Rondônia e aqui em Brasília para os encaminhamentos necessários, para buscar uma solução, um entendimento.

Então, eu queria dizer à Deputada Cassia, a

todos que estão participando deste ato, desta Audiência Pública, que contem comigo. Um abraço a todos.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Estão vendo? Nós temos o vídeo do Senador.

Quero aqui agradecer ao senador, em nome de vocês. E nós precisamos sim da ajuda do Senado, como eu falei, dos nossos deputados federais para ajudar essa população que tanto necessita, que tanto precisa e tanto sonha em pegar logo a sua casa própria.

Eu quero ver se tem alguém aqui — vou falar de novo, já falei — para fazer reivindicação, alguma coisa, alguma pergunta, uma reivindicação para a gente encaminhar para a Defensoria Pública aqui do nosso Estado.

Vocês querem falar? Querem fazer alguma reivindicação? Uso da palavra? Estamos à disposição de vocês. Podem ficar à vontade que a manhã é de vocês.

Fale o seu nome completo, antes de começar.

A SRA. ÚRSULA AUDRESS DA SILVA COSTA - Bom dia a todos, meu nome é Úrsula e eu sou adquirente, nesse tumulto todo, como todo mundo que está aqui, mais alguns que estão em casa, estão morando fora.

A gente estava conversando aqui que seria muito interessante, da Dra. Silvia, da Dra. Daniela, não se fizeram presentes nem a Caixa e nem a RD, acompanhar essa visita, a reunião. Porque é um desdenho. Porque toda reunião — o Antônio Klésio sempre está presente, os demais da Comissão — é a mesma coisa. Eles sempre colocam novos prazos, que vão... Na última reunião com o representante da RD, que era o engenheiro da obra, ele falava de pé junto que vai entregar a casa dia 29 de junho.

Quem entra na primeira rua é ludibriado, gente. Quem está aqui, não entrou, é ludibriado. A primeira rua do condomínio está toda pintada. Ela está entregue. É um sonho. Está pintada, limpa. Sabe quantas casas eles limpam os telhados? 56, desde que foi entregue a obra. 56 casas. Quantas casas são o condomínio? 379. Nas últimas ruas, está parecendo aquela historinha, aquela música de cantiga: "era uma casa muito engraçada". Só tem as paredes, não tem nem forro. Foi tudo roubado.

Então, os moradores que forem lá, que viram, só é a primeira rua, gente. Não se enganem. Não se enganem. A Caixa, com o superintendente, que não veio aqui, ele coloca de pé junto que já fez a parte dele. Me admira aqui — tem um representante do Deputado Léo Moraes, o Senador que falou —, é dinheiro público, gente. Todo mundo aqui, quem não é mutuário, junto à Caixa, pagou direto também. Só que tem um seguro. Eu volto a falar: é dinheiro público parado nosso.

Eu fico dando os parabéns aqui ao representante da prefeitura, que mostrou que em 32 dias foi liberado uma licença, gente. Todo mundo aqui sabe que são demoradas essas licenças, porque têm todo um trâmite burocrático, não é isso? Mas nós estamos voltando aqui de novo. É dinheiro público, R\$ 12,5 milhões. Estão lá.

Nós queremos aqui. Nós temos engenheiros,

arquitetos, pedimos à Comissão. Ela teve que ser feita, uma Comissão de Representantes, própria, só para fazer visita, porque a Caixa exigiu, Dra. Daniela. Exigiu pessoas, de engenheiros, arquitetos, pessoas afins para poder verificar a visita, mas em momento nenhum eles dão medidas das obras. Eles só falam que as obras estão com atraso de 11%. Eles só falaram isso porque na última reunião teve um embate das duas comissões, a dos adquirentes e a da comissão que foi formalizada, porque visivelmente não tem continuidade a obra. Mas o nosso engenheiro não consegue fazer aferição nenhuma, porque não tem medida, gente. A Caixa fala que é sigilosa. Eu quero que vocês tenham isso na cabeça. É sigilo. O dinheiro de vocês está lá. O meu também. Mas eles falam que é sigilo. As doutoras aqui, eu não entendo. Elas não podem fornecer o cronograma físico-financeiro. O nosso engenheiro não consegue fazer avaliação, a nossa arquiteta também. A gente tem que acreditar na palavra da RD, que é a nova empreendedora agora do local, e do engenheiro da Caixa, que ficou irritado no momento, falando que a gente estava se exaltando. Quem é que não se exalta aqui, gente? Quanto tempo vocês estão parados com essa casa? Tem gente aqui que comprou outra casa. Mas o investimento está lá. Não consegue pagar. Não consegue vender. Se você vender por ágio, corre o risco de você devolver o dinheiro. Corre o risco de você devolver dinheiro. Então, a Caixa faz isso, há muito tempo.

Eu quero só frisar uma coisa: muitos adquirentes não puderam estar presentes, porque o horário também interpôs contra. Mas eu quero contar uma história de alguns, que colocaram lá no grupo que nós temos, de pessoas. Nós temos uma família, que ela tinha uma casa própria, mas o sonho era ter em um condomínio fechado, pela segurança pública — dá aquela falsa sensação de segurança —, para criar as crianças. Nossas crianças hoje nem eram nascidas na época, hoje já estão correndo. Venderam a casa própria, para comprar a casa. Estão sem casa e estão pagando aluguel. Eu tenho uma conhecida, amiga de família, cujo marido faleceu, na época da pandemia. Hoje ela é viúva, tem uma filha, e o superintendente da Caixa, a Caixa, a RD, que seja lá quem for, têm as suas casas. Mas ela hoje não tem a casa, não tem o marido, que perdeu para a Covid. E nós estamos aqui. Esse é o descrédito que eles fazem.

O processo, infelizmente, ainda está parado na Ação Civil Pública, que eu acho que seria algo que movimentaria. E a situação é essa. E aí eu quero saber como é que a gente não consegue fazer apuração de gasto público, 12,5 milhões, e a gente não tem nem ideia de que foram feitas três aferições, vão para a quarta, e a comissão — que eles disseram que é uma obrigação nossa ter com engenheiros e arquitetos —, a gente nem sabe qual é o tamanho do cronograma, qual é o tamanho do atraso. Eles falaram para a gente na reunião que é 70% já. Que iam deixar tudo ok em maio. Hoje são 10 de maio. A entrega é para o dia 29 de junho. Está lá na placa. E o dinheiro?

Muitos aqui eu tenho certeza que entraram, Dra.

Daniela e Dra. Silvia, contra a Caixa para fazer quebra de contrato. E todo mundo aqui foi pego de surpresa. Porque aqui quem não entrou — fique ciente —, te a chamada “alienação fiduciária”. É uma legislação antiga, que beneficia o agente financiador, que é a Caixa e outros bancos. Eles são vítimas que nem a gente — acho que vocês já ouviram falar, não é? —, são vítimas. Como é que um agente financiador dispõe do dinheiro assim ao vento, não fiscaliza, não vai atento e é vítima como nós? Nós avisamos várias vezes que não era, que não era para fazer, mas acreditamos, como eles são o agente financiador, que seria.

No início, antes de fazer a Ação Civil Pública, foi colocado aqui no grupo, de quem está aqui presente, que a Caixa teve a petulância — agente financiador — de requerer dos adquirentes R\$ 15 mil. Vocês estão lembradas dessa história? Eu faço parte da comissão, só que eu estou cansada de esperar. Em 2020 entrei com uma ação para fazer quebra de contrato. E aí, a Caixa falava que em nenhum momento ela tinha pedido, não é? E ficou até uma coisa, disse-me-disse no grupo. E é aqui na minha quebra de contrato que eu peço meu FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) de volta. Meu FGTS está parado.

Hoje eu poderia comprar outra casa e dar algo digno para os meus filhos. Eu tenho 3 filhos. A minha filha, daqui a pouco, está na faculdade. E eu estou sem casa. Eu quero saber quem é que vai pagar meu aluguel que eu estou pagando. Quem vai me ressarcir? Quem vai me ressarcir? Quem vai ressarcir vocês, gente? Quem é que vai ressarcir esse dano? Porque, para a Caixa, não há dano moral. Ele fala bem aqui na minha petição, palavras da Caixa, gente. Caixa, que é vítima: “...bem como pelo fato que a seguradora Berkley” — que a gente só descobriu que era Berkley, porque houve a ação da ACP (Ação Civil Pública), porque senão, nem isso a Caixa queria dar, porque era segredo, sigilo — “bem como pelo fato de que a seguradora está condicionando a retomada da obra ao aporte pelos mutuários no montante R\$ 15 mil...”.

Então, para aqueles que tinham dúvida a Caixa coloca que era culpa da Berkley, porque muitos falavam: “por que não aciona o seguro?” Nós quando pagamos... Eu pelo menos sou leiga, eu não sou advogada, mas eu li o contrato todinho. Eu pesquisei sobre a CASAALTA — acho que muitos de vocês pesquisaram —, ela tinha obras em todo o país, gente. Ela entregava até seis antes da entrega. Como é que você não acredita em uma empresa dessa? Está aqui. Me respondeu, a Caixa. Ela só demorou porque a seguradora queria o aporte. Porque, como vocês ouviram a explanação do Antônio Klésio, tinha que ter um aporte. Demorou-se tanto para acionar o seguro que faltou dinheiro. E eles ainda deram a petulância de a gente pagar R\$ 15 mil. Multiplique 379 por R\$ 15 mil. Isso foi em agosto de 2020. A Berkley, como eu a coloquei também como culpada, ela me respondeu no meu processo e falou que era descabido o que a Caixa tinha respondido no meu processo, gente. Então, isso quer dizer o quê? É um disse-me-disse.

Então, quem não entrou com ação, se entrar é isso que eles vão falar: que a culpa é da Berkley, e a Berkley vai falar para vocês que em nenhum momento ela pediu dinheiro de vocês. Está dentro do meu processo. Porque ela, como seguradora, doutoras, tem por obrigação fazer todo o seguro. E ela responde bem aqui: "O que exceder o limite máximo de responsabilidade da seguradora será de responsabilidade exclusiva da Caixa".

Eu falo isso aqui porque todo mundo que está aqui está cansado. A vontade que a gente tem é de colocar uns pneus queimados ali na frente da Caixa. Ou de qualquer outro lugar que queiram nos ouvir. Porque aqui todo mundo trabalha, todo mundo teve o seu dinheiro parado. Eu não posso fazer quebra de contrato aqui porque eu preciso da ACP (Ação Civil Pública) para a movimentação.

Eu demorei todo esse tempo para entrar com a ação porque eu queria a minha casa. Todo dia ia ter, ia ter, ia ter. E aí a gente fica desgostoso, não é, gente? Aí você entra no trâmite do judiciário e a resposta é essa, que o juiz federal se dá incompetente, aguardem a ACP, gente. Aguardem a ACP. E as respostas da Caixa e da Berkley é desse jeito.

E quando a Caixa não desdenha de você. Porque você demora para entrar e pedir o FGTS. O FGTS, gente, eles não entregam, porque já foi usado na obra. Eles me responderam em 2021. Muita coincidência depois, foi liberado. Porque o juiz do meu caso, federal, ele ponderou. Porque eu contei a história. Eu morava na casa dos meus pais, como muitos aqui estão fazendo para não pagar aluguel. Mas as crianças crescem. Não cabem em um quarto. E a gente tem que alugar. Hoje eu estou de aluguel.

Aí eu quero saber o quê? Quem é que vai me ressarcir? Quem é que vai investigar a Caixa para saber por que eles não fazem a liberação para os moradores, aqui para os adquirentes, para os engenheiros nossos aqui verificarem o que está sendo pago. O dinheiro está saindo, dos R\$ 12,5 milhões. E sabe o que eles estão fazendo? Eles estão lavando o telhado, gente. Eles estão pintando casa.

Aí, olha só, eles não fizeram nem teste de água, para vocês terem uma ideia. Quem quiser morar do jeito que está, que a proposta deles é muito descabida, eles não fizeram nem teste com aquela caixa d'água lá, com a distribuição de água. Se tiver algum vazamento, vai quebrar toda a encanação das casas. Só tem água na primeira e na segunda rua, que é para ludibriar as pessoas. São 56 casas lavadas, de 379. Coloque a mão na consciência, gente: eles vão entregar em junho? Não entregam.

E a gente está aqui em conjunto, porque se for só pelos moradores da primeira casa, estava entregue o condomínio, estava entregue. Só que só é a primeira rua. O asfalto cedeu, não tem fiação elétrica nas casas, não chegou material suficiente e pasmem: não tem trabalhadores de final de semana. Porque a RD fala que não há necessidade de trabalhadores no final de semana. Então, tenham cuidado.

Aí eu quero saber assim do representante do deputado, quando ele pudesse, sensibilizasse, viesse in loco como outros deputados, lá fora com a Caixa, fizeram. Lá no Pará ficaram em cima, foram junto com os moradores, o senador, foram juntos com os moradores e entraram no condomínio para fazer a visita junto com o superintendente, junto com o engenheiro. Nós precisamos de apoio. Porque essa casa já demorou mais, temos R\$ 12,5 milhões.

O Ricardo quer falar agora.

O SR. RICARDO DE SOUZA LIMA - Bom dia. Quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada. Quero aqui deixar minha gratidão a todos.

Eu faço parte também da comissão, assim como a Ursula, eu vou contar um breve relato da minha história, e já partir já para a pergunta.

Eu era proprietário de outra residência, vendi a minha residência e acreditei nesse sonho. Hoje eu não tenho nada. Eu já tive uma casa. Hoje eu não tenho nada. Mas vamos lá.

Como eu fui um dos adquirentes que adquiriu à vista, pagamos e tudo, assim como eu creio que, se eu não me engano, são 118 unidades que foram adquiridas através de pagamento à vista, foi colocado pela Caixa Econômica que essas unidades, que foram compradas à vista, vão ser entregues "a ponto de Habite-se". Somente "a ponto de Habite-se". Não serão entregues conforme o memorial descritivo das demais unidades. E aí, até para eu poder tirar essa dúvida, já que o representante da Prefeitura está aqui também, como é "a ponto de Habite-se"? O que é uma unidade entregue "a ponto de Habite-se"? Até porque eu creio que essa é a dúvida de vários outros colegas aqui.

O SR. EDEMIR MONTEIRO BRASIL – "A ponto de Habite-se" é a casa com contrapiso, janelas, portas e telhado — é o mínimo —, a drenagem ligada na rede da prefeitura e a parte elétrica. O que pode fazer é vocês notificarem a gente para que seja cumprido o contrato, que aí a gente barra lá. A questão do "a ponto de Habite-se" é uma forma de a gente, em casas autônomas que são construídas, não atrasar que aquela pessoa possa averbar a sua obra no cartório. Por isso que a gente criou esse "a ponto de Habite-se", mas nada impede que vocês protocolem para a gente e a gente segura lá, para que seja cumprido o contrato de acordo com o memorial descritivo.

O SR. RICARDO DE SOUZA LIMA – Certo.

Outra situação é a seguinte: essa obra foi por diversas vezes furtada. Essa obra chegou a ter 93% de conclusão. A Dra. Daniela esteve acompanhando a gente, se eu não me engano em 2016. Algumas das unidades, inclusive a minha foi uma das que foram visitadas, elas estavam prontas. Elas estavam prontas. E ali eu lembro que naquele momento, posterior àquele momento, foi feita uma audiência no Ministério Público, onde se fizeram presentes a Caixa Econômica e parte da

comissão. E ali ficou estabelecido que a Caixa Econômica passaria a ser responsável por toda a segurança da obra.

Então, eu queria que fosse enfatizado, dentro dessas situações, que a Caixa tinha a responsabilidade sobre aquelas residências. Hoje a residência a qual é minha, que nós chegamos a visitar, hoje está sem fiação, sem as louças de banheiro, sem pia, sem portas, sem nada, porque todos foram furtados.

Outro ponto que eu queria também destacar aqui é a seguinte situação: nós passamos praticamente 5 anos esperando uma apólice de seguro, o cumprimento de uma apólice de seguro. Hoje foi feita uma nova contratação, nós não sabemos, hoje, se nós temos algum outro seguro dessa nova contratação. Diz que a grande dificuldade de toda essa contratação era um aporte financeiro que a Caixa tinha que fazer. A Caixa, na época, fez esse aporte, segundo eles foi feito esse aporte para a seguradora, porque a apólice cobria até um determinado valor. E hoje a obra está sendo tocada. A Caixa tenta se isentar da responsabilidade dizendo que essa responsabilidade, desse período agora, é responsabilidade da seguradora.

Então é uma das coisas que a gente queria também saber, se esse novo contrato é assegurado? Se tem apólice de seguro para esse novo contrato?

Essa é a minha fala. Agradeço a todos pela oportunidade.

A SRA. YONARA APARECIDA ALBANO TAVARES - Eu gostaria de me pronunciar também.

Cumprimento a Mesa, agradeço especialmente a presença da Dra. Daniela Nicolai, da Dra. Silvia.

Assim como o Ricardo, eu também comprei a minha casa diretamente da CASAALTA. E a gente percebe que a Caixa trata diferente os mutuários, que são aquelas pessoas que têm relacionamento com a Caixa, das pessoas que compraram diretamente com a CASAALTA, sob alegação de que "eu não sei o quanto esse comprador conseguiu pagar para a CASAALTA".

E aí ela fica dizendo que não tem relacionamento com esses compradores, que não tem relacionamento com esses compradores. Retomando aqui a fala do Ricardo, essas 108 casas vão ser entregues a princípio como estão. As que foram roubadas e que já estavam, por exemplo, com a louça instalada, na ocasião em que a CASAALTA deixou o canteiro de obras, se foi roubada elas vão receber a casa sem a louça. Aí eu pergunto, mas a CASAALTA não já instalou a minha louça? Ela não já me entregou, dentro do meu imóvel, aquele acabamento do qual ela cumpriu? Por que eu vou agora ter que me conformar em receber uma casa sem a minha louça? Porque a Caixa não cumpriu com a segurança pela qual ela era responsável. E agora ela está dizendo para mim, comprador direto, que eu vou receber a casa como está. Entendeu? Se ela estiver sem forro, eu vou receber sem forro. Se a fiação tiver sido roubada, ela vai repor porque faz parte das condições de habitabilidade, para emitir o "Habite-se". Mas e o resto? Quer dizer que eu não tenho o mesmo direito que os outros? A obra não

foi segurada? Se a obra é segurada, todos os imóveis são segurados também. Ou não? Existe uma diferença no sistema contratual? Eu não tenho acesso ao contrato para saber isso. Entendeu?

Outra coisa que eu gostaria, depois, se pudesse ser relida a justificativa da juíza para o não comparecimento a esta Audiência, porque... O que é que acontece? Por que a Justiça — e aí eu não estou colocando aqui o papel do Ministério Público nem da Defensoria Pública, pelo contrário, a gente agradece demais o apoio que nós temos recebido —, mas por que a Justiça tem sido tão complacente com os prazos abusivos da burocracia imposta a nós, moradores? Porque essa burocracia todinha está sendo imposta goela abaixo, e a gente só tem uma opção: esperar. Entendeu? Quando o tempo não tem sido complacente com nossa família, com nossos recursos, com a nossa vida. O tempo não tem sido complacente conosco. No entanto, nós somos obrigados a sermos complacentes com a burocracia do sistema.

Por que os atores diretamente envolvidos nessa questão têm todo o tempo do mundo para solucionar essa questão? Por que eles não têm o mesmo senso de urgência para resolver nosso problema, da mesma forma que eles têm para cobrar os juros, os financiamentos e os demais encargos? Porque para cobrar juros de obra foi rápido. E olhe que eu não pago juros de obra, mas mais da metade dos condôminos pagam. Então por que são tão rápidos para cobrar dividendos, mas tão lerdos para entregar o que foi prometido? Nós nos sentimos numa via de mão única nesse caso, porque a gente só tem a opção de aguardar e a obrigação de cumprir com os compromissos financeiros. Porque, se a gente não pagar, o nosso nome vai para o Serasa, fica em restrição, fica negativado, mas eu acredito que ninguém que é o responsável por esse atraso todo fica com seu nome negativado, seu CPF não é preso, sua casa não é retida, e não fica impossibilitado de comprar um carro novo, trocar um carro novo, fazer um financiamento, tirar suas férias, ele não fica com nada disso. Mas nós ficamos. Se a gente não cumprir com o nosso compromisso financeiro, a gente fica.

Bom, era isso que eu queria falar. Dou a palavra aí para mais alguém da comissão. Acho que a Elvana quer se pronunciar.

O SR. RICARDO DE SOUZA LIMA - Só concluir aqui e fazer um convite à Mesa ou a algum dos representantes da Mesa, que, se puderem, a gente tem agora uma visita pré-agendada para o dia 12 ou dia 14 — ainda a se confirmar. E aí, se fosse possível, os representantes do Ministério Público, se a Dra. não puder ir, mas puder enviar um representante para nos acompanhar nesta visita pré-agendada, a gente só confirma a data, está bom?

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA LIMA – Pode ser. Com certeza. E a Defensora também. **(fora do microfone)**

O SR. RICARDO DE SOUZA LIMA - Isso. Da própria Defensoria, também. Obrigado.

A SRA. JAMILE MARIANO MACEDO TABORDA - Olá, bom dia. Meu nome é Jamile. Eu sou uma das adquirentes e este é meu esposo Roger. Eu vou relatar um pouco da nossa história, mas a primeira pergunta que eu tenho a fazer é a seguinte: e quem quiser fazer o distrato do contrato também? Porque, por várias vezes, nós fomos à Caixa e é um empurra-empurra. A gente vai na superintendência, estão sempre em reunião; mandam a gente ao Setor Habitacional. E quando a gente chega ao Setor Habitacional, coincidentemente nunca tem ninguém. Tem sempre alguém em reunião na hora em que a gente pede o contrato, na hora que a gente pede informações sobre como cancelar o contrato. A única vez que me direcionaram para uma gerente, ela disse o seguinte: "É melhor você não fazer, porque você pode entrar numa lista negra do banco. Quando você precisar de algum outro aporte financeiro, o seu nome estará lá como alguém que não cumpriu com o contrato."

Aí eu falei: "Ora, mas quem não está cumprindo com o contrato é a Caixa. Como assim, eu ainda vou ser finalizada por isso?". Ela falou: "Bem, é uma política do banco. Não posso fazer nada".

Então, começando a nossa história, eu e o Roger nos casamos em 2011 e, por um tempo, nós juntamos dinheiro para tentar encontrar um imóvel que pudesse atender às nossas necessidades. Roger queria morar num condomínio e eu queria morar numa casa. Então muitos empreendimentos que estavam sendo lançados eram sempre em apartamentos. E ocorre que quando foi em 2016... Nós morávamos numa casa já há três anos, que era uma casa da família, era da avó do meu esposo, que tinha falecido, então era uma casa pequena porque era somente ela e o esposo. Era uma casa com um quarto, um escritório, um banheiro, uma cozinha e uma sala. Muito pequena. Dava para um casal, a gente passava o dia fora. Só que, em maio de 2016, o meu pai, que é portador de necessidades especiais, veio morar conosco. Então nós vimos que havia necessidade de procurar outro imóvel para morar. Procuramos casas para comprar, não encontramos. Então, optamos pelo aluguel.

Quando nós fomos na Social Imóveis, na época que era a empresa responsável pela distribuição das unidades, pela comercialização, falaram assim: "Vocês têm certeza que querem alugar? Nós temos uma casa modelo do outro lado da rua que pode interessar a vocês. É de um empreendimento que está com quase 90% de conclusão da obra. Nós estamos em julho, a obra está para ser entregue em setembro, no mais tardar em dezembro".

Então nós fomos, a casa era pequena, mas a gente falou: "Bem, tem espaço para a gente ampliar, então o local é perfeito, é em um condomínio". Nós já pensávamos no ano seguinte em ter o nosso primeiro filho. Aquilo foi um sonho para a gente. Então, na mesma semana, nós demos entrada nos documentos

para solicitar o financiamento junto à Caixa.

Nós pagamos quase R\$ 30 mil de entrada e de custas cartorárias, que era parte do dinheiro que nós tínhamos; o outro montante nós guardamos, aguardando o pagamento de escritura, alguma reforma que a casa necessitasse quando fosse entregue. Tudo o que a gente juntou em 5 anos, nós acreditamos nesse sonho, nós acreditamos na promessa de que aquela casa seria entregue.

Aí nos inseriram em um grupo de WhatsApp dos adquirentes e tinha uma chuva de reclamações. Aí nós perguntamos para o corretor: "Por que as pessoas estão reclamando tanto de atraso se você disse que a obra está bem adiantada?" E ele: "Não, o pessoal reclama muito, é porque são ansiosos". Aí a gente começou a ver um documento em que havia um prazo de julho, que foi descumprido, para a entrega da casa. Mas disseram que não, que estava tudo certo, que até março de 2017 a casa seria entregue.

Ocorre que em dezembro eu descobri que estava grávida, mas a gente não se preocupou tanto, por quê? Porque a obra seria entregue até março do ano seguinte. Só que passadas algumas semanas, começaram novamente a ter várias mensagens no grupo de que a obra estava praticamente abandonada, que não tinha quase ninguém trabalhando. Isso já começou a nos preocupar.

Os relatórios de acompanhamento da obra começaram a ter um progresso cada vez menor. Tinha mês que era 2%, de repente 1%. Isso começou a nos preocupar. Enviei um e-mail para a CASAALTA, para a construtora. Falaram que não, que até março eles cumpririam com o prazo e entregariam as nossas casas, sim.

Eu continuei seguindo a minha gestação, nós não nos preocupamos, tentamos nos adaptar no local onde nós já morávamos. Ocorre que, quando chegou em março, de fato a obra foi abandonada. E nós nunca — eu reitero: "nunca" — recebemos nenhum aviso oficial ou extraoficial da Caixa nem da construtora.

Daí já começou o desrespeito com a nossa família. Nós ficamos aguardando rumores de reuniões de retomada de obra. Quando foi em julho a gente desistiu de esperar. Então, nós pegamos o restante do dinheiro que nós tínhamos guardado para quando a gente recebesse a casa, nós nos endividamos com cartão de crédito, nós pegamos dinheiro emprestado de tudo quanto foi lugar para fazer reforma em uma casa que não era a nossa. Nós levamos um mês e meio de obra. Eu estava para ganhar o meu bebê. Estava uma bagunça, as nossas coisas todas com cimento e a gente não sabia direito o que fazer. O meu filho nasceu com a gente arrumando casa ainda, limpando cimento, limpando pintura, porque a gente ficou esperando a droga da casa sair. A casa que a gente pagou e que a gente não recebeu.

Quando foi em novembro, quando meu filho tinha 2 meses de nascido, que o Superintendente da Caixa, que na época era o senhor Paulo Saboia, marcou

uma reunião para nos avisar dos encaminhamentos dessa obra. Quando a gente chegou lá, não tinha encaminhamento nenhum, era só para falar para a gente que eles iam tomar as providências cabíveis, que eles iam dar outra chance para a CASAALTA retomar a obra.

E a gente falou: "Como? Como que vão dar outra chance para uma empresa que não teve palavra, que não cumpriu com o prazo, que disse que ia entregar tudo?" E ele falou: "É melhor do que acionar o seguro, eu garanto para vocês. É muito complicado acionar seguro." Aí a gente falou: "Mas por quê? Se a gente corre o risco de novamente a empresa não cumprir com o prazo?" E ele falou: "Não se preocupem que vai dar tudo certo, nós estamos aqui fazendo o possível para entregar as casas de vocês."

Tinha um senhor, no dia, que falou que ele juntou todo o dinheiro dele para comprar uma casa para o filho, que ia casar, do lado dele, porque ele disse que iria aposentar e queria o filho morando do lado dele. E ele pagou essa casa à vista também. E ele perguntava: "O que vão fazer com a nossa situação?" Aí o Paulo: "Ainda nós não sabemos, mas vocês podem deixar o nome e o telefone que a gente vai procurar saber e entra em contato." Tinha um outro casal que eles tinham marcado a data do casamento. Eles casaram, a casa não tinha sido entregue e eles estavam morando numa edícula da sogra do rapaz.

Então, várias pessoas nessa situação. Passou um tempo, gente, e ainda vieram com essa proposta indecente de cobrar R\$ 15 mil para a gente pagar para o seguro, que eles disseram que estava demorando, porque não tinham dinheiro para acionar o seguro. E depois de tudo isso, nós, diversas vezes, deixamos contato telefônico, porque nunca recebem a gente lá na Superintendência, nunca recebem a gente no Setor Habitacional. Eu nunca tive a cópia do meu contrato, nunca. Já cobreí vezes, mandei por email para o Superintendente e ele foi supergrosseiro comigo, falou para eu procurar o Setor Habitacional, que isso não era obrigação dele.

E hoje o meu filho vai fazer cinco anos. A gente está morando de aluguel. A gente tem que ficar mudando de casa em casa, porque às vezes vende o imóvel onde a gente está residindo. Eu tenho que ficar com as nossas coisas se deteriorando, enquanto que eu vejo a casa que a gente pagou sendo furtada, sendo deteriorada. A minha quadra é a última. A Úrsula falou que as duas primeiras casas estão ótimas, mas a minha quadra é a última. A minha quadra é a mais deteriorada. Está toda destruída. Quando o pessoal vai tirar foto, a minha casa não tem forro, não tem nada. A gente tem amigo que é policial que fala que constantemente eles pegam pessoas furtando a louça, furtando tudo da obra.

E é triste saber que eu tenho que pagar mais de R\$ 1.000,00 de aluguel. Que nós temos agora dois filhos e a gente não tem uma casa para eles, que a gente não pode planejar comprar uma mobília, não pode fazer uma pintura, nada, porque a gente mora em uma casa que não é nossa. E constantemente, hoje, vocês estão vendo

como durante todo esse processo nós somos tratados com desrespeito.

A Caixa sequer apareceu em uma Audiência onde ela era a principal peça para responder as nossas perguntas. Eles não vieram. Eles estão rindo na cara do poder público. Eles estão rindo na cara das autoridades. Rindo da nossa cara. E eu peço ajuda para vocês, eu imploro para que vocês possam nos ajudar a ter as nossas casas. Obrigado.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Obrigada. É lamentável tudo isso que acontece.

Tinha um senhor que queria falar, fique à disposição.

O SR. AMBRÓSIO SANTANA MORAES DOS SANTOS - Bom dia a todos. Cumprimentar a iniciativa da Deputada. Cumprimentar as autoridades nesta Mesa.

Parece que, nesse processo todo, a CASAALTA está ilesa de tudo. Parece que a empresa faliu, mas há comentários de que ela continua construindo em todo o Brasil. E eu entrei com um processo contra a CASAALTA, eu não sei se a Defensora Pública ou a Promotora sabem algo desse processo e algo sobre a falência dessa construtora aqui em Porto Velho. Porque ela também é totalmente responsável por essa obra. E eu entrei com um processo, e até hoje não fui chamado para nenhuma audiência de conciliação, ou algo nesse sentido. Eu gostaria de saber da Promotora ou da Defensoria Pública se elas sabem algo a respeito disso, dessa empresa CASAALTA?

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA LIMA – Não. O que a gente sabe já está na ACP (Ação Civil Pública). Essa CASAALTA, como vocês mesmos disseram, tinha o histórico de ser uma empresa idônea, cumpridora dos contratos e eu não sei por que, nessa obra de vocês, se deu esse problema todo. Fato é que a obra já estava muito adiantada e aí entrou nessa questão burocrática junto à Caixa Econômica Federal. Eu fiz diversas reuniões com a Caixa, tentando resolver extrajudicialmente no Inquérito Civil Público. Acredito que muitos dos senhores participaram. E essa burocracia da Caixa, de resolver com a CASAALTA, de acionar a seguradora, foi alongando, sendo que na pandemia então todos acharam por bem judicializar.

E agora, nós esbarramos em uma nova burocracia, que é a burocracia do Poder Judiciário. Eu fiz duas audiências com a juíza titular do processo. Pedi que desse celeridade ao feito e não houve sensibilização do Judiciário. Então, a gente não entende o que acontece no Brasil. É um dos absurdos que acontecem no nosso país. Como um banco estatal, que está com o dinheiro do mutuário, tem essa burocracia e que tudo se perde lá dentro? Realmente, nós vamos peticionar, nós vamos continuar tentando, mas o Ministério Público também está estupefato com essa situação de como a gente não consegue resolver. Mas, a gente vai continuar tentando e agora com a parceria da Defensoria, que é uma grande

aliada do Ministério Público, está também com a tutela coletiva agora. Eu já tenho uma atuação coletiva, então, a gente vai atuar sim. Está bom?

O SR. AMBRÓZIO SANTANA MORAES DOS SANTOS - Obrigado.

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Bom dia. Eu gostaria de fazer uma pergunta para o senhor. Qual o nome do senhor?

O SR. AMBRÓZIO SANTANA MORAES DOS SANTOS - Meu nome é Ambrózio.

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Bom dia. A ação do senhor, individual, foi proposta pela Defensoria Pública ou o senhor tem advogado particular constituído?

O SR. AMBRÓZIO SANTANA MORAES DOS SANTOS - Não, eu tenho advogado particular, que entrou com a ação.

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Entendi. Está bem. Obrigada.

A SRA. ELVANA AYRES MEDEIROS - Bom dia. Cumprimento todos. Gostaria de dar aqui também um breve relato sobre a minha situação com o Residencial Terra Brasil. Peço desculpas. É porque essa situação realmente se estende há tantos anos, e a gente já está realmente enfadado. Essa oportunidade é muito boa para dizer o tanto que a gente precisa de ajuda, o tanto que a gente está com as mãos atadas, o tanto que a gente já tentou todas as alternativas e ainda não obtivemos resultado que fosse realmente satisfatório para nos atender diante desse descaso.

Quando eu cheguei aqui, soube que a Caixa não estaria, que a RD não estaria presente aqui, realmente reforça o tanto que não estão se importando com a nossa situação. Quando eu comprei a casa, foi diferente da maioria das pessoas, porque eu não tinha dinheiro para dar entrada, então foi tudo parcelado, entrada parcelada, todas as taxas, tudo parcelado, porque realmente eu não tinha dinheiro disponível para comprar a casa e eu tive que usar todas as facilidades que a imobiliária deu na época, que a construtora deu na época. Parcelou a entrada da minha casa em 18 vezes. Foi pago com muito, muito sacrifício, cada parcela. Não foi fácil. Enquanto eu pagava essas parcelas, eu já estava morando de aluguel, já pagava aluguel. E os anos foram passando, prazo em cima de prazo.

Quando eu fechei o contrato com a Caixa, com o financiamento da Caixa, meu filho tinha apenas 1 ano de idade, hoje ele tem 8. Hoje, ele tem 8 anos. A gente nem conversa com ele sobre a casa, para evitar que ele fique ansioso, esperando o espaço que ele teria para brincar, a piscina que ele teria para brincar e hoje não tem. A gente, infelizmente, todos nós fizemos promessas

para os nossos filhos, que nós não tivemos o direito de cumprir.

Então, realmente é uma situação muito complicada. Eu, em nome de todos os adquirentes, peço que realmente, quem puder, os que puderem se envolver conosco e nos ajudar a resolver isso, a gente não está precisando não, a gente já está, assim, clamando. Já é uma situação mais do que insustentável. É mais do que insustentável. A gente está todo esse tempo sem resposta e sem solução. Então, é uma falta de compromisso, uma falta de respeito, uma falta de transparência por parte da construtora, por parte da Caixa. Então, a gente pede que realmente olhem por nós, que ouçam o nosso clamor, ouçam a nossa necessidade, porque realmente a gente tem lutado todos esses anos, esperando por justiça.

Nós tivemos prazo de setembro de 2016, março de 2017, novembro de 2018, abril de 2019 e, agora, junho de 2022, que claramente podemos ver que infelizmente eles não vão cumprir. A visita que nós fizemos à obra — eu também faço parte da comissão —, fizemos uma visita na obra em fevereiro e eles falaram assim: “ah, em 15 dias nós vamos iniciar a obra nas áreas comuns”. A gente visitou 15 dias depois, e a área comum simplesmente estava lá do mesmo jeito, sem terem mexido nada, sem terem trabalhado nada naquela parte.

Então, a gente vê que realmente não estão tendo respeito e responsabilidade com a nossa situação e com as nossas casas. Muitos sonhos parados, muitas necessidades que a gente deixou para depois, porque “ah, vamos esperar a casa ficar pronta”. Um móvel planejado — eu fiz contrato de móveis planejados da minha casa, que eu tive que enfrentar o constrangimento de ir na loja, ter que dizer: “olha, eu não vou poder ficar com o produto, porque eu não tenho onde colocar. Eu não tenho casa para colocar os móveis, que eu estou contratando de vocês”. Eu tive que desfazer o contrato, já tinha pago 3 parcelas, ficou para lá, esse dinheiro ficou perdido. Simplesmente, eu não tive ressarcimento, eles não podiam me ressarcir. Então, pagando todos esses anos de aluguel, sem ressarcimento. O contrato que eu assinei tinha previsão de multa. Nunca recebi nada de multa, sobre não terem cumprido os prazos, as entregas.

Então, o que me admira e me indigna como cidadã é o seguinte: é a Caixa ter garantido a entrega do Terra Brasil, não ter entregue e, depois disso, ter garantido entrega de inúmeros outros empreendimentos que estão aí sendo divulgados na mídia. Estão lá com a plaquinha da Caixa, de garantia da Caixa. Quer dizer, por que ela tem o direito de iniciar novas obras sem ter entregue o Terra Brasil? Sabe?

Então fica aqui minha palavra de indignação e pedido de ajuda em nome de todos os adquirentes sem resposta até hoje. Obrigada.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Tem mais alguém que queira falar? Fique à vontade.

O SR. ALEX DE SOUZA FERREIRA - Bom dia a todos. O meu nome é Alex, faço parte da comissão também que está nessa batalha desde o início. E é lamentável. Acho que é lamentável a situação que nós nos encontramos hoje. Eu vejo que é lamentável também a Caixa Econômica Federal como uma empresa tão bem... A aparência dela parecia ser muito idônea — pelo menos para mim parecia ser, quando fui assinar o contrato com ela —, e não é isso que ela tem demonstrado para nenhum de nós aqui. E a gente vê a nossa situação cada vez ficando mais frágil e mais difícil a cada dia. E hoje, somente se concretizou que ela não está nem se importando com as nossas situações.

E a gente pede mais uma vez aos órgãos, a todos que puderem nos ajudar, porque o que a gente está conseguindo hoje aqui é algo muito importante. Agradeço muito à Deputada por essa iniciativa, porque isso aqui é muito importante para nós. O que a gente tem conseguido hoje até aqui, a comissão sabe o tanto que foi árduo. Tão difícil foi chegar até aqui e o que a gente já conquistou até aqui para poder ser visto, poder levar a nossa situação a lugares maiores. Porque muita gente, muitas vezes, não queria nos ouvir, nem ver a nossa situação e isso se perpetua por seis anos, quase completando sete.

Então, eu agradeço muito à Mesa, todos os envolvidos que se fizeram presentes hoje aqui. Porque quem está aqui hoje é porque se importa com a situação do Terra Brasil e quer nos ajudar. E aqueles que se omitiram a não estar aqui, para mim é um simples relato em um papel, não serve de nada. Até porque falaram tantas coisas nas reuniões que a gente teve, que essa entrega ia se concretizar — como os relatos de várias outras pessoas aqui —, tantas outras reuniões que a gente foi... Já perdi até a conta de tanta reunião que eu já fui com a Caixa Econômica. E ela informando que essa obra iria ser entregue e vários e vários prazos e até agora estamos aqui.

Então quero colocar aqui a minha indignação mesmo por essa situação e ver que a Caixa Econômica é uma empresa que ultimamente tem se comportado de uma maneira totalmente diferente daquilo que a gente vê, porque nesses últimos dias, eu não sei o que está acontecendo, mas ela nem sequer quer nos atender. Faz algumas reuniões, muitas vezes os representantes principais que eram para estar nessas reuniões não estão...

E assim, como aconteceu — estava tudo certo para esses representantes estarem aqui hoje de última hora —, parece que foi alguma coisa combinada. Uma coisa combinada de última hora e eles mandaram as mesmas justificativas, vamos dizer assim, dizendo que não podem estar aqui, dizendo as mesmas ladainhas de sempre, que a gente sempre escutou. Então, é lamentável tudo isso. A gente vê aqui inúmeras histórias. A gente ouviu algumas, mas são várias e várias e se a gente for colocar aqui cada um para falar, é muita história que a gente não sabe nem dimensionar como é essa situação.

Então muito obrigado pela iniciativa, agradeço

muito. Peço muito, assim como a amiga ali colocou, a gente já está clamando. Porque a gente já está, praticamente a comissão e todos os envolvidos aqui, todos que compraram já estão sem forças, sem esperança nenhuma, para falar a verdade. E a cada vez que a gente faz alguma coisa, tenta alguma coisa, a gente fica já indignado porque a gente vê que não vai para frente, não evolui. E a gente vê só as pessoas nos enganando. São órgãos que deveriam nos passar confiança e passam para a gente somente frustrações.

Então, é a minha indignação, e eu peço. Muito obrigado a todos que estão se comprometendo com essa causa. E é isso, gente. Obrigado.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Mais alguém deseja falar?

Eu quero agradecer a presença do Deputado Dr. Neidson, que estava nas Comissões e acaba de chegar aqui com a gente. Muito obrigada, Deputado Dr. Neidson.

Eu vou passar a palavra aqui para o Dr. Antônio, aí depois eu passo para você, que ele está pedindo para falar.

O SR. ANTÔNIO KLÉSIO DE LIMA – Só para pontuar uma situação jurídica, digamos assim, em relação a essa questão da responsabilidade. A partir desses relatos aqui, a gente verifica que há um empurra-empurra de responsabilidades. É uma situação complexa em que há vários atores — seguradora, construtora antiga, construtora nova, Caixa Econômica Federal. E, quando procura saber da responsabilidade, um joga para o outro. Como a Úrsula pontuou no processo dela, ela arrolou todos os três — a construtora, a seguradora e a Caixa Econômica — e a manifestação delas é dessa maneira. “A responsabilidade não é minha, é da seguradora”. A seguradora: “não, a responsabilidade não é minha, é da Caixa Econômica”. A Caixa Econômica: “não, a responsabilidade não é minha, é da construtora”. E fica nesse jogo de empurra-empurra de responsabilidades.

A legislação, realmente, de alienação fiduciária protege muito o agente financiador, nesse caso a Caixa Econômica, mas a gente verifica que nesse processo, nesse caso concreto aqui do Terra Brasil, é diferente. A Caixa Econômica tem suas responsabilidades, ela está “até o pescoço” envolvida nessa situação. Por que, se ela fosse um simples agente financiador, por que ela teria poderes para destituir a construtora de lá, para expulsar a construtora do empreendimento e assumir a responsabilidade pela obra?

Então, ela não é uma simples financiadora. Que poder é esse que o agente financiador tem para trocar a construtora? Tira uma, coloca outra. Essa gestão da Caixa Econômica, nesse caso específico do Terra Brasil, já foi muito além do que um simples agente financiador. Ela é responsável por essa entrega. Ela está como responsável hoje. Tanto é que quem contratou essa nova construtora foi a Caixa Econômica, não foi a CASAALTA. A CASAALTA foi destituída pela Caixa Econômica e a Caixa Econômica fez o processo e contratou essa nova

construtora.

A gente sabe que, pelo Código de Defesa do Consumidor, a gente tem aí um conglomerado de fornecedores. E, pelo CDC (Código de Defesa do Consumidor), Dra. Daniela, os fornecedores são responsáveis solidários. Há uma solidariedade entre todos os atores envolvidos nessa história. É o que a gente vai buscar, juridicamente, lá na Ação Civil Pública.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Obrigada, Doutor. Agora o senhor.

O SR. CLEBER TRAPPEL DE CARVALHO – Bom dia a todos. Meu nome é Cleber Trappel de Carvalho, faço parte da comissão também. O que a gente está vendo hoje aqui é a insatisfação de 379 famílias. Agradecemos a todos os componentes da Mesa por terem dado o tempo vindo aqui nos ouvir e tomar alguma atitude também junto conosco.

Eu estou na comissão desde o início, brigando e lutando para ver se a gente consegue receber as casas. Até fico triste em visualizar a Casa vazia, esperava mais pessoas, afinal a gente tem um grupo com 250 pessoas, que se a gente faz uma visita da comissão e não reporta a eles, as reclamações chovem. Já nos acusaram de estar complacentes com a Caixa Econômica, inclusive no grupo, falaram que estávamos recebendo dinheiro para não fazer nada.

Então assim, como todos, nós despendemos de tempo, nós trabalhamos, temos família e a gente está buscando, junto com a Promotoria, agora a Defensoria. A Justiça Federal, a gente não pode contar muito com ela, que o andamento... Ela já até propôs, não sei se vocês são sabedores, mas no início da Ação Civil Pública ela propôs o arquivamento, por falta de provas contra a Caixa Econômica. Disse que a Caixa Econômica estava tomando as devidas providências. Graças à Dra. Daniela, que pediu para que fosse dada continuidade à Ação Civil Pública.

Então, gente, vamos continuar, não despendam, não larguem. Nós, da comissão, vamos fazer uma reunião com os senhores para passar toda a situação e algumas propostas que nós temos a fazer também. A gente monta documentos direto, para apresentar para a Promotoria, agora vamos fazer para a Defensoria. Nós, da comissão, pedimos para vocês: ajude, compareça no que for de caráter público. Porque a Caixa Econômica já foi incisiva que ela não gosta da imagem dela manchada e é isso que a gente quer fazer, mostrar que ela não cumpre com o papel dela. Inclusive eu estou falando aqui porque a gente já foi ameaçado, várias vezes, de citar, inclusive nos outdoors, que foi citado o nome da Caixa Econômica, de uma ação regressa por citar a Caixa Econômica, o nome dela, a imagem dela. Aqui é um local que a gente pode falar. Então, quem tem que falar, fale aqui.

Outra situação é quanto à empresa RD. Nós, da comissão, já fomos a algumas reuniões e a Caixa Econômica diretamente nos avisou se a gente quer que

troque a empresa, ou seja, ela quer que a gente passe por todo o prazo de 2 anos que foi para contratar a seguradora. Ela tipo nos ameaça com a situação de “se vocês não estão satisfeitos, a gente troca a empresa”. Só que a gente sabe quanto tempo demora para trocar a empresa.

A gente agradece à Mesa novamente, a todos que compareceram. É de suma importância o apoio da Promotoria, da Defensoria. A Dra. Daniela está conosco desde o início, lá em 2016, 2017, fazendo visitas. E eu ratifico a solicitação aqui do Ricardo: se puderem nos acompanhar — a gente só não tem a data ainda, se é 12 ou 14 de maio — na visita ao condomínio, seria de suma importância. Obrigado a todos. Bom dia.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Tem mais alguém que queira falar?

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA LIMA - Eu gostaria de pontuar uma questão que a Dra. Silvia me trouxe. A gente estava conversando sobre uma questão processual. Quem ingressou com ações individuais, eventualmente vai ter que desistir dessas ações. Porque tem um artigo do CDC (Código de Defesa do Consumidor) que fala do processo, que é um processo especial da ACP (Ação Civil Pública) que diz que quem tem que optar ou pela tutela coletiva ou pela tutela individual. E como o Judiciário, nas ações individuais, já sobrestou esses feitos, falando que ia esperar o deslinde da individual, então eventualmente seria melhor a desistência. A Dra. Silvia pode falar um pouquinho mais para complementar. Obrigada.

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Pois é. É muito interessante essa questão que a Dra. Daniela está levantando. Eu não sei se os advogados de vocês conversaram sobre essa questão processual. Mas existe uma previsão no artigo 104 do Código de Defesa do Consumidor, no sentido de que o autor da ação individual não vai ser beneficiado pela ação coletiva, caso não haja suspensão desse processo, caso ele opte por prosseguir na ação individual.

Entendam, não é uma obrigatoriedade. Você não é obrigado a aderir à ação coletiva, mas caso você opte por prosseguir na sua ação individual, um eventual resultado positivo nessa Ação Civil Pública não vai ser estendido a você que optou pela ação individual.

Eu acho que é uma questão interessante para ser pontuada e conversada com os advogados ou com a Defensoria Pública naquelas ações individuais em que a Defensoria vem atuando. É uma questão processual, mas ela é relevante. Ok? Eu preciso que vocês pensem sobre isso, pontuem com os seus advogados, com seus defensores que estão atuando em ações individuais. É preciso que se posicione: ou por prosseguir na ação individual e assumir o risco de que eventualmente não venha a ser beneficiado pela Ação Civil Pública; ou por suspender essa ação individual e aderir à Ação Civil Pública.

É uma questão processual que eu gostaria de pontuar com vocês, junto com a Dra. Daniela, para que seja conversado posteriormente. E existe um prazo para essa adesão. É um prazo de 30 dias a partir do momento em que vocês têm ciência de que existe uma Ação Civil Pública.

Eu acho, inclusive, que esta Audiência Pública aqui é um momento interessante em que, obviamente, vocês passam a ter ciência de que existe uma Ação Civil Pública em curso. Então talvez isso aqui seja um marco interessante para esse prazo, para o início do transcurso desse prazo de 30 dias exigido por lei, está ok?

Era essa a pontuação que eu queria fazer junto com a Dra. Daniela. Obrigada.

O SR. AMBRÓZIO SANTANA MORAES DOS SANTOS - Eu só queria, Doutora, perguntar: essa Ação Civil Pública abrange a todos? Quem comprou direto da construtora e quem comprou pela Caixa Econômica? Abrange a todos?

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Abrange a todos os proprietários.

O SR. AMBRÓZIO SANTANA MORAES DOS SANTOS - Ah, tá. Obrigada.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Mais alguém de vocês querendo falar, usar a fala? Fique à vontade.

A SRA. SANDRA MARIA PETILLO CARDOSO - Eu só tenho uma dúvida nessa Ação Civil Pública: todos os proprietários já estão automaticamente nela? Ou precisa ele se manifestar que quer fazer parte dessa Ação Pública?

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Se a senhora não propôs uma ação individual, a senhora será beneficiada por essa Ação Civil Pública. A questão fica complicada quando a pessoa já propôs uma ação individual, para vir a ser beneficiada pelo eventual resultado positivo da Ação Civil Pública. Se a senhora não propôs uma ação individual, necessariamente a senhora será beneficiada. E isso vai ser definido, o quanto a sua porção nessa Ação Civil Pública é definido ao final dela, em liquidação. Mas se a senhora não propôs ação individual, a senhora vai ser beneficiada.

O alerta que eu faço é para aqueles que propuseram ação individual. Existe um prazo de 30 dias para que se manifestem em suspender a ação individual ou prosseguir com ela; ou aderir à Ação Civil Pública. Uma questão que deve ser conversada aí com advogados e defensores públicos. Por que a gente está

fazendo esse alerta? Para que vocês não sejam pegos de surpresa ao final. Por exemplo: a sua ação individual eventualmente ser julgada improcedente, e a Ação Civil Pública vir a ser julgada, os pedidos virem a ser julgados procedentes. Essa Ação Civil Pública não vai beneficiar esse autor da ação individual que optou em prosseguir com ação individual.

Esse é o alerta processual que a gente faz, por quê? Porque existe repercussão prática no direito de cada um de vocês, está certo? A Dra. Daniela, não sei se tem mais alguma observação.

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA LIMA - Justamente. Eu tive um caso que aconteceu isso, no caso do Projeto de Assentamento Joana D'Arc. As pessoas entraram com ações individuais, perderam quando já tinha tutela coletiva deferida, ou seja, e aí o direito reconhecido na tutela coletiva não se estendeu a eles. Eles têm agora um título executivo de improcedência.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Mais alguém?

A SRA. SILVIA PRIMILA GARCIA RASKOVISCH - Só para complementar o que a Dra. Daniela colocou e o que eu venho colocando aqui. Existe já uma decisão parcialmente procedente em relação ao pedido liminar feito pelo Ministério Público nessa Ação Civil Pública. Há um indício de que ela poderá vir a ser exitosa. Por isso, a gente está fazendo a ponderação. Obrigada.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - Mais alguém? Chegou um áudio agora da Dra. Kamila Vasconcelos. Ela é representante da RD, ela é advogada. Vai estar aqui, a gente vai colocar o áudio na tela, porque ela é de Manaus. É advogada da empresa RD Engenharia, de Manaus. Desculpa.

Reprodução de áudio:

A SRA. KAMILA VASCONCELOS - Prezados, como anteriormente informado à Comissão da Assembleia Legislativa de Rondônia, eu, Kamila, como representante da RD, não pude comparecer à Audiência Pública por estar em Manaus no presente momento, mas estou aqui justificando a minha ausência e para prestar toda a minha solidariedade aos condôminos do Terra Brasil. Nós, como construtora, hoje contratados para finalizar o empreendimento, estamos extremamente compadecidos com cada um dos proprietários e nós cumprimos até o final do contrato a entrega desse empreendimento.

O SR. GUILHERME ERSE - Deputada, eu gostaria de informar a todos que foi ofertado à Dra. Kamila

Vasconcelos o link para participação virtual nesta Audiência. Pelo que ela me posicionou, por mensagem de WhatsApp, que está assistindo a tudo o que está acontecendo aqui hoje. Porquanto isso está confirmado por mensagem, o próprio áudio aduz nesse sentido, e tudo o que está acontecendo aqui é, portanto, de conhecimento da empresa RD Engenharia.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Mais alguém quer falar alguma coisa?

A SRA. ÚRSULA ANDRESS DA SILVA COSTA – Eu. Todo mundo aqui ficou rindo, não é?

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Pode falar.

A SRA. ÚRSULA ANDRESS DA SILVA COSTA – Acho que todo mundo aqui ficou rindo, surpreso, já que ela está ouvindo. É bom frisar o nome dela de novo, da RD, que é a nova empreiteira aqui, que a gente quer as casas. Eles afirmaram que no dia 29 de junho as casas vão ser entregues, mas não tem trabalhador no final de semana. Eu estou querendo tirar a minha dúvida — acho que os demais aqui e os outros que estão assistindo on-line —, como é que vai se dar essa magia? Vocês sabem? Eu não sei.

Aproveitando que ela teve a sua explanação, mandou o áudio, eu queria mais uma vez reiterar, o representante do Léo Moraes está aqui, o Senador mandou um vídeo. O Senador fala diretamente com o Presidente da Caixa. Tem algo muito estranho em tudo isso. O Antônio acabou de afirmar, gente, a Caixa consegue tirar uma construtora, colocar outra construtora. A passos lentos não sai o empreendimento.

Para onde é que estão indo R\$ 12 milhões e meio desse empreendimento? E como vai ficar na internet, eu faço um alerta, gente: não comprem casa na planta, principalmente se a financiadora for a Caixa. Porque aqui eu posso falar várias vezes: Caixa Econômica Federal, Caixa Econômica Federal. Não comprem, porque é isso que acontece com os compradores. É esse descaso. Descaso. Que nem o gerente aparece para falar com a gente, mas se vocês atrasarem as parcelas, eles tiram as casas.

Então, nós temos deputados federais, nós temos senadores nos representando. Eu agradeço muito à Deputada aqui, juntamente com o Guilherme, que teve todo o seu tempo e disposição para abrir. E mais uma vez, a Caixa Econômica Federal não teve a decência nem de mandar um representante.

Para quem estiver assistindo, por todo o Brasil, não comprem. Não comprem casa na planta financiada pela Caixa Econômica Federal, porque ela não trata com dignidade os seus mutuários, os seus compradores. E é a Casa do Povo, eu banco para todos.

Aí eu pergunto, mais uma vez, se os nossos deputados federais vão falar com a Caixa, com o Presidente e com o Vice? Que nós chegamos a conversar com o Vice-Presidente da Caixa, através do Deputado Federal Mauro Nazif. E ele ficou estarecido dessa mágica que estava acontecendo. Mas eu faço aqui a minha fala, o que está acontecendo? R\$ 12,5 milhões, e eu tenho certeza, gente, que isso não é só aqui. Não é só aqui.

Então, por favor, nossos deputados federais, aqui no caso o Deputado Léo Moraes, que mandou o representante, agradeço muito. A fala do nosso senador. Eu quero respeito, eu quero, eu exijo respeito, eu pago meus impostos. Eu estou na Casa do Povo, mas eu não estou sendo representada, porque quem deveria estar aqui era a Caixa. Graças a Deus, nós temos a Dra. Silvia, a Dra. Daniela, aos demais presentes na Mesa que nos deram voz. Mas não nos respeitam. Não nos respeitam. Não respeitam os nossos filhos, a nossa família, não respeitam os nossos sonhos.

E quando nós ingressamos na justiça, eles desdenham da gente. A Caixa Econômica Federal desdenha da gente. Não devolve o dinheiro. Eles riem da gente, porque a ACP (Ação Civil Pública) está parada. Não há movimentação. Não há sensibilidade do Judiciário federal. Quem está sem casa é quem está aqui presente. Mas a gente não esquece. A gente não esquece que quem está sem casa é a gente. Os representantes da Caixa Econômica Federal, todos eles têm casa. Todos eles têm carro. Todos eles são bem recebidos.

E aí eu faço também um apelo aos nossos deputados federais, ao nosso senador que falou aqui presente para todo mundo que estaria fazendo uma reunião com o Presidente. Ele tem acesso livre. Eu faço aqui o pedido: nós não vamos esquecer. Porque o “banco para todos” fechou as portas; porque quem era para estar aqui na Audiência Pública, mostrando que na Casa do Povo eles nos respeitam, eles não nos respeitam. Eles batem com a porta na cara.

Obrigada.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) - OK. Obrigada. Agora eu vou passar aqui para o Dr. Guilherme, para ele ler os encaminhamentos.

O SR. GUILHERME ERSE - Ante tudo o que foi colhido aqui, eu gostaria inicialmente de externar nossa solidariedade a todos, em especial ao Ambrósio, ao Alex, à Elvana, à Úrsula e à Jamile, que já não está mais, com testemunhos muito fortes da história de cada um. Como foi dito aqui, Deputada, por detrás de cada pessoa que está aqui existe um sonho e tem ainda os outros 300 que não vieram com suas histórias e sonhos interrompidos.

Felizmente, mais uma tentativa. Esta Audiência Pública tem esse objetivo, oportunidade em que

também agradeço ao colega advogado que está aqui; à Dra. Silvia; à Dra. Daniela; ao Oscar, representando o Deputado Léo Moraes; ao Deputado Neidson, que está aqui à Mesa e também ao Secretário Edemir.

Em relação aos encaminhamentos, passo à leitura.

A Audiência Pública dispõe, pelo encaminhamento, informe ao juiz da 1ª Vara Federal da realização desta Audiência Pública, bem como dos convites que foram enviados, as justificativas de ausências — conforme já lidas aqui — e a relação das autoridades presentes, bem como de todos os encaminhamentos a seguir.

Informe aos moradores dos contatos da Defensoria Pública que, como disse a Dra. Silvia, se dispôs a integrar o polo ativo da ACP (Ação Civil Pública) para o envio de dados, fotos e quaisquer outros elementos que os proprietários, os mutuários desejam enviar. No e-mail silvia.raskovisch@gmail.com e o telefone passaremos por escrito, doutora — é melhor. Nós estamos ao vivo para o mundo inteiro. Daqui a pouco o seu WhatsApp... Passaremos também, portanto, o telefone por escrito e com as reservas de estilo.

O item “c”, a solicitação formal à prefeitura de Porto Velho para o asfaltamento do entorno do condomínio.

O item “e”, realização de audiência, capitaneada pelo gabinete da Deputada Cassia, com a Superintendência Regional, aqui em Rondônia, para informes gerais desta Audiência, assim como pontos aqui levantados: do atraso eminente da obra; a situação fática do condomínio atual, doravante com o relatório da visita, que é outro ponto que será aqui tratado; os relatos de furtos e afins; bem como a discussão sobre a efetiva atuação da seguradora e da empresa contratada à questão das solicitações de aportes e demais itens aqui tratados.

O item “f”, o envio dessas informações à bancada federal, com solicitação de intervenção junto à Caixa Econômica Federal na direção nacional, na presidência da instituição.

Item seguinte, a confirmação de data e visita in loco no condomínio, com elaboração de relatório de fotos e dados, que serão encaminhados aos casos acima citados.

E, por fim, a solicitação formal à Caixa Econômica, para o envio das cópias dos contratos a todos os mutuários, já que, aqui relatado, não terem tido acesso.

Finalizo minha participação, senhora Deputada, agradecendo o convite para aqui ladeá-la e secretariar os trabalhos. E falo aqui uma frase, acho que muito pertinente, de um grande e histórico advogado, Rui Barbosa: “Justiça tardia nada mais é do que injustiça qualificada e manifesta”.

Mãos à obra. Há muito o que ser feito e acho que, com tudo que foi aqui tratado, diversos encaminhamentos poderão ser tomados, com o objetivo da resolução desse

problema que afeta tantas famílias na nossa capital. Muito obrigado.

A SRA. CASSIA MULETA (Presidente) – Obrigado, Dr. Guilherme.

Eu quero aqui também falar com vocês, que o relato de cada um de vocês, que essa dor de vocês, a causa de vocês, pode ter certeza, que vocês podem contar comigo. Estarei junto com vocês sempre. O que precisarem e tiver ao nosso alcance aqui o meu gabinete, estaremos juntos a vocês para lutar por essa causa. A dor de vocês, o semblante de vocês, o semblante triste quando aquele casal falou aqui, eu não consegui me conter, eu me emocionei aqui também e vi a emoção de cada um de vocês. Quando elas aqui falaram também, se ela se emocionou, eu também me emocionei do lado de cá. E dizer para vocês, podem contar sempre com a Deputada Cassia, porque isso aí é uma questão de humanidade, é uma questão de a Caixa e as empresas serem mais humanas com as pessoas. Então, podem contar comigo.

Infelizmente, a Caixa não mandou nenhum representante, fiquei muito triste. Achei muito vago o áudio da Dra. Kamila, que mandou aqui, e infelizmente ninguém da empresa mandou um representante, mas nós estamos aqui para lutar com vocês e para vocês, sempre. Tenho certeza que essa Mesa, todos aqui desta Mesa, Antônio, vão lutar por vocês. Todos desta Mesa estão sentindo a dor que vocês estão sentindo, porque é muito triste você pagar por algo e não receber. Às vezes, a gente paga uma coisa mínima pela internet e não recebe, e já fica triste. Imagina uma casa, um lar, um sonho ser interrompido.

Então, eu quero aqui agradecer a cada um de vocês e dizer que foi uma Audiência Pública inicial, mas nós estaremos lá junto a vocês sempre. E dizer para o Ricardo, que ele falou que vai fazer uma visita lá ao condomínio, eu faço questão de estar junto com vocês, a doutora aqui também, a doutora aqui também da Promotoria estará lá, e eu também, Antônio, quero estar junto e levar o Dr. Guilherme para ver a lei, a situação de cada um.

Muito obrigada a todos e que cada um fique com Deus, que Ele é sempre a melhor companhia.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanham esta Audiência Pública. Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos um excelente dia a todos.

Muito obrigada e fiquem com Deus, que Ele é sempre a melhor companhia.

(Encerrada às 11 horas e 55 minutos)

CORREGEDORIA-GERAL**PORTARIA 023/2022/CG/ALE/RO**

Porto Velho-RO, 20 de maio de 2022

PORTARIA 021/2022/CG/ALE/RO

Porto Velho-RO, 20 de maio de 2022

O CORREGEDOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso XII, do item 1, do inciso XXI, do anexo VII, da Lei Complementar n. 1.056 de 26 de fevereiro de 2020; publicada no DIOF-RO n. 038 de 28.02.2020,

RESOLVE

ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar nº0010406/2020-75 INTERESSADO: RAFAEL DE LIMA GONÇALVES FERREIRA, Mat. 200168350, instaurado pela Portaria nº021/2020/CG/ALE/RO de 30 de setembro de 2020; nos termos do Despacho Nº023/2022/GAB/ALE/RO.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

(Assinatura Eletrônica)
GUILHERME ERSE MOREIRA MENDES
Corregedor Geral

RESOLVE

I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, em face do servidor BERNARDO DE MELO SOARES, Mat. 100011693, para apurar responsabilidade funcional referente aos fatos mencionados no MEMO Nº 122/SRH-2020 de 17 de fevereiro de 2020, que relata possível acúmulo de cargo público e descumprimento de jornada de trabalho;

II - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº001/2020/CG/ALE/RO, publicada DO-e-ALE/RO nº067 do dia 16 de abril de 2020, alterada pela Portaria nº023/2021/CG/ALE/RO, publicada no DO-e-ALE/RO nº112 do dia 25 de junho de 2021, composta pelos servidores do quadro efetivo, ESY DA COSTA SEMPER, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, matrícula nº 100009325, como presidente, JOÃO LENES DOS SANTOS, matrícula nº 100008624, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, como membro e MARIVETE FONTINELE DE MELO, matrícula nº100000711, ocupante do cargo de Assistente Técnico Legislativo, como membro; proceda à apuração, nos termos e no prazo do Art. 195 da Lei Complementar 68/92 e demais dispositivos aplicáveis, da responsabilidade administrativa da conduta funcional do servidor acima qualificado, por haver, em tese, acumulado ilicitamente cargo público sem a observância dos permissivos constitucionais, ferindo as normas de conduta e ética elencadas no estatuto do servidor público, Lei Complementar 68/92 e na Constituição Federal.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

(Assinatura Eletrônica)
GUILHERME ERSE MOREIRA MENDES
Corregedor Geral

PORTARIA 022/2022/CG/ALE/RO

Porto Velho-RO, 20 de maio de 2022

O CORREGEDOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso XII, do item 1, do inciso XXI, do anexo VII, da Lei Complementar n. 1.056 de 26 de fevereiro de 2020; publicada no DIOF-RO n. 038 de 28.02.2020,

RESOLVE

ARQUIVAR o Processo Administrativo Disciplinar nº0010420/2020-86 INTERESSADO: MARIA CAMILA MORAIS DO NASCIMENTO, Mat. 200168229, instaurado pela Portaria nº008/2020/CG/ALE/RO de 30 de setembro de 2020; nos termos do Despacho Nº021/2022/GAB/ALE/RO.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

(Assinatura Eletrônica)
GUILHERME ERSE MOREIRA MENDES
Corregedor Geral

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 395/2022-SRH/D/SG/ALE**

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 18/05/2022 a 21/05/2022 ao servidor relacionado, que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Presidente Médici/RO, foi acompanhar o Deputado Estadual Alex Redano, Presidente desta Casa de Leis, no evento "Tchau Poeira", conforme Processo nº 17680/2022-e.

Matrícula: 200170879
Nome: Daniel Leonardo Mota Lima
Cargo: Assistente Parlamentar
Lotação: Dep. Alex Redano

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 396/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 25/05/2022 a 28/05/2022 ao servidor relacionado, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, representar o Deputado Estadual Jhony Paixão em uma agenda de reuniões junto ao gabinete do Deputado Federal Léo Moraes, conforme Processo nº 18139/2022-e.

Matrícula: 200170383
Nome: Alexandre Fernandes Kaxinawa
Cargo: Chefe Gabinete Dep.
Lotação: Dep. Jhony Paixão

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 397/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 25/05/2022 a 28/05/2022 ao servidor relacionado, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Brasília/DF, acompanhar e assessorar o Chefe de Gabinete Alexandre Fernandes Kaxinawa em uma agenda de reuniões junto ao gabinete do Deputado Federal Léo Moraes, conforme Processo nº 18139/2022-e.

Matrícula: 200171191
Nome: Marcos Antonio Alves Junior
Cargo: Assistente Parlamentar
Lotação: Dep. Jhony Paixão

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 398/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) diárias no período de 19/05/2022 a 28/05/2022 aos servidores relacionados, que irão via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, participar da 9ª Edição do Rondônia Rural Show, sendo responsáveis pela infraestrutura de rede e suporte operacional do stand desta Casa de Leis, conforme Processo nº 18201/2022-e.

Matrícula: 200170003
Nome: Caio Alcantara de Queiroz
Cargo: Assessor Especial
Lotação: Gab. do Sec. Geral Adj.

Matrícula: 100021071
Nome: Cristiano Jose Frassato
Cargo: Analista Legislativo
Lotação: Dep. Informática

Matrícula: 200170906
Nome: Gregorio H. dos Santos de Souza

Cargo: Assessor
Lotação: Dep. Arquitetura e Urb.

Matrícula: 200166164
Nome: Irenilson Silva Paizante
Cargo: Assessor
Lotação: Dep. Informática

Matrícula: 200169230
Nome: Leonardo Pereira Cavaleiro
Cargo: Superint. de Tec.daInfor.
Lotação: Dep. Informática

Matrícula: 200169615
Nome: Luciano Barros de Oliveira
Cargo: Assessor Especial
Lotação: Dep. Informática

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 399/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 19/05/2022 a 21/05/2022 ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cacoal/RO, fazer a cobertura jornalística de Sessão Solene, conforme Processo nº 18236/2022-e.

Matrícula: 200169410
Nome: Jocenir Sergio Santanna
Cargo: Assessor
Lotação: Div. de Tec. e Infor.

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 400/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 22/05/2022 a 24/05/2022 à servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, assessorar o Deputado Estadual Laerte Gomes na 9ª Edição da Rondônia Rural Show, conforme Processo nº 18163/2022-e.

Matrícula: 200169363
Nome: Claudia Souza Santos Alves
Cargo: Chefe Gabinete Dep.
Lotação: Dep. Laerte Gomes

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 401/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 19/05/2022 a 20/05/2022 aos servidores relacionados, que irão via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Nova Mamoré/RO, acompanhar o Deputado Estadual Jair montes para realizar entrevistas e impor depoimentos sobre os benefícios das Emendas Parlamentares destinadas para a região, conforme Processo nº 18252/2022-e.

Matrícula: 200169470
Nome: Jose Cicero Dutra de Moura
Cargo: Assessor
Lotação: Div. de Apoio Adm.

Matrícula: 200166247
Nome: Herbert Lins de Albuquerque
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Gab. Dep. Jair Montes

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 402/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a

Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 18/05/2022 a 21/05/2022 ao servidor relacionado, que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Costa Marques/RO, foi conduzir veículo e assessorar o Deputado Estadual Alex Redano, Presidente deste Casa de Leis, no "Projeto Tchou Poeira", conforme Processo nº 18210/2022-e.

Matrícula: 200168264
Nome: Adriano Pereira da R. Nascimento
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 403/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 18/05/2022 a 21/05/2022 ao servidor relacionado, que, via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Costa Marques, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé/RO, foi fazer a cobertura fotográfica do acompanhamento das obras do "Projeto Tchou Poeira", conforme Processo nº 18210/2022-e.

Matrícula: 200169424
Nome: Diego da Silva Queiroz
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Div. de Fotografia

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 404/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 08 (oito) diárias no período de 22/05/2022 a 29/05/2022 à servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, participar da organização, suporte de abertura e atendimento ao Público no Stand desta Casa de Leis, que estará instalado na 9ª Edição da Rondônia Rural Show, conforme Processo nº 18120/2022-e.

Matrícula: 200168455
Nome: Maria Jose Da Silva Ravane
Cargo: Assessor
Lotação: Dev.Elaboração de Termo de Ref.

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 405/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 09 (nove) diárias no período de 19/05/2022 a 27/05/2022 aos servidores relacionados, que irão via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cacoal e Ji-Paraná/RO, prestar serviços de cerimonial durante Sessão Solene em Cacoal e em Sessão Itinerante Extraordinária na 9ª Edição da Rondônia Rural Show, conforme Processo nº 18171/2022-e.

Matrícula: 200168009
Nome: Ana Rafaela Sousa dos Santos
Cargo: Assessor
Lotação: Div.Sess.Sol.eEspeciais

Matrícula: 200166827
Nome: Joelma da Silva Teles
Cargo: Assessor
Lotação: Div.deEv.e Agendas

Matrícula: 200168008
Nome: Naiara Maia da Silva Prata
Cargo: Assessor
Lotação: Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS

Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 406/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 09 (nove) diárias no período de 19/05/2022 a 27/05/2022 ao servidor relacionado, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Cacoal e Ji-Paraná/RO, prestar serviços na entrega de Voto de Louvor, durante Sessão Solene em Cacoal e em Sessão Itinerante Extraordinária na 9ª Edição da Rondônia Rural Show, conforme Processo nº 18171/2022-e.

Matrícula: 200165676
Nome: Edvilson Braz de Oliveira
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Div. Transporte

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 407/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 19 a 21/05/2022 a servidora relacionada que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO, a Cacoal/RO, realizar trabalho na área de cerimonial, durante a Sessão Solene na sede da UNESC, conforme processo nº 18333/2022-e.

Matrícula: 200169040
Nome: Cleiciane Feitosa Galdino
Cargo: Assessor
Lotação: Div. de Memorial

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 408/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias, no período de 19 a 21/05/2022 ao servidor relacionado que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO, a Cacoal/RO, realizar serviços de garçom, durante a Sessão Solene na sede da UNESC, conforme processo nº 18333/2022-e.

Matrícula: 100005216
Nome: Mario Flavio de Miranda
Cargo: Auxiliar Administrativo
Lotação: Dep. Cerimonial

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 409/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias, no período de 23 a 28/05/2022 as servidoras relacionadas que irão via transporte terrestre de Porto Velho/RO, a Ji-Paraná/RO, assessorar o Deputado Estadual Eyder Brasil em cumprimento de agenda parlamentar, e durante a realização da Sessão Itinerante Extraordinária, no evento da Rondônia Rural Show, conforme processo nº 18414/2022-e.

Matrícula: 200170887
Nome: Nathalia Batista Dias da Silva
Cargo: Assessor
Lotação: Gab. Adv. Geral Adj.

Matrícula: 200171078
Nome: Kenilla Pagoto de Azeredo
Cargo: Assessor
Lotação: Dep. de Compras

Porto Velho - RO, 19 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO